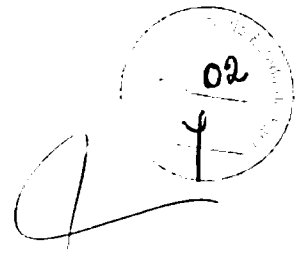





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 08h30min, no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Abaetetuba, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Senhora Doutora Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior os Excelentíssimos Senhores Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE e Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA, Juízes Auxiliares da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), os Excelentíssimos Senhores Dr. LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba, Dr. CARLOS MÁRCIO MELO QUEIROZ, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum da Comarca de Abaetetuba, Dr. DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO, Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba, Senhores CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO, Auxiliar Judiciário, JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA, Assessora Jurídica, MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO, Assessor Jurídico, PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL e THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS, Assessora Jurídica, deu-se por instalada Correição Geral Ordinária na Comarca de Barcarena, conforme previsto na Lei nº 5.008, de 10/12/1981 - Código de Organização Judiciária do Estado do Pará, art. 164, inciso I, o que, para constar, Eu Marco Antônio Pedrosa de Araújo (Marco Antônio Pedrosa de Araújo), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.


Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


CARLOS MÁRCIO MELO QUEIROZ
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum

NO. PROCESSO: 2015.7.003256-1

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 25/09/2015

CLASSE.....: CORREICAO - ORDINARIA



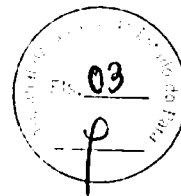
Partes:

REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTICA DAS COMA

ENVOLVIDO - COMARCA DE ABRETEUBA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



[Signature]
LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA
Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial

DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO
Juiz de Direito Titular da Vara Criminal

[Signature]
CARLOS ROBERTO GUMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário

[Signature]
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica

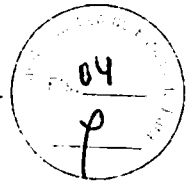
[Signature]
MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

[Signature]
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL
Analista Judiciário

[Signature]
THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

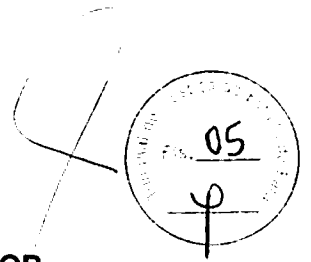


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ABERTURA DA CORREIÇÃO GERAL
ORDINÁRIA NA COMARCA DE ABAETETUBA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 08h30min, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Abaetetuba, onde se achavam presentes a Exma. Sra. Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, os Exmos. Senhores Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE e Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA, Juízes Auxiliares da CJCI, Dr. LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba, Dr. CARLOS MÁRCIO MELO QUEIROZ, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum da Comarca de Abaetetuba, Dr. DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO, Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba e os Senhores CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO, Auxiliar Judiciário, JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA, Assessora Jurídica, MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO, Assessor Jurídico, PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL e THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS, Assessora Jurídica. A Desembargadora Corregedora declarou aberta a audiência pública e, inicialmente, saudou a todos os presentes, identificou-se e apresentou a equipe de correição, ressaltando que todos estão à disposição da juíza, cartorários, servidores e jurisdicionados. Em seguida, a Desembargadora Corregedora ressaltou da importância desse contato direto entre a Corregedoria e os servidores, não somente os do quadro efetivo, como também os cedidos por outros órgãos, tendo em vista a responsabilidade de todos pelos atos decorrentes do exercício de suas funções. Também ressaltou o caráter orientativo da Corregedoria, a qual qualquer servidor poderá dirigir-se para requerer esclarecimentos e comunicar qualquer problema. Ressaltou que a Corregedoria de Justiça está à disposição para tirar dúvidas, bem como realizar esclarecimento, tanto aos Magistrados, como aos servidores e jurisdicionados. Informou que as serventias extrajudiciais serão correicionadas pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria José Antônio. Explicitou a necessidade de seguir as recomendações do



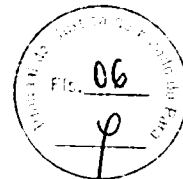
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR




Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e como funciona a fiscalização dos mesmos aos Tribunais, devendo esta Corregedoria de Justiça auxiliar na efetivação dos serviços judiciais da Comarca. Solicitou que todos os servidores fiquem na Comarca até o encerramento da Correição, ainda que exceda o horário de expediente normal, pois tal presença é essencial para a conclusão dos trabalhos. Acrescentou, que ao final da Correição, haverá uma reunião com os servidores e Magistrados, solicitando a presença de todos. Dada a palavra ao MM. Juiz Auxiliar da CJCI, Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE, este saudou a todos, apresentou-se, explicou que ficará responsável pela Correição das Serventias Extrajudiciais, ou seja, os Cartórios. Rreforçou a finalidade desta correição de rotina nos serviços judicial e extrajudicial, para fiscalizar a regularidade do serviço e esclarecer qualquer informação da alçada da Corregedoria e encaminhando ao setor competente do TJPA o que não for de sua competência, colocando-se à disposição de todos. Pediu a colaboração dos servidores e Magistrados para a conclusão dos trabalhos, ainda que exceda aos horários forenses. Acrescentou que além da oportunidade de manifestação em audiência pública, denúncias também poderão ser feitas por escrito ou tomadas por termo reservadamente perante a equipe correicional. Dada a palavra a MM. Juíza Auxiliar Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA, saudou a todos e expôs o esforço da Corregedoria, não obstante o grande número de unidades judiciais sob a sua jurisdição, de manter esse contado direto com os Magistrados e servidores das Comarcas do Interior, pontuando o que precisa ser corrigido e o que pode ser melhorado. Ressaltou que a equipe da Corregedoria está à disposição dos servidores e Magistrados para qualquer dúvida ou esclarecimento que precise ser feito. Informou o procedimento a ser adotado na Correição das Varas e das Serventias Extrajudiciais. Por fim, registrou que todos os contatos da CJCI encontram-se no *site* do TJPA. Esclareceu sobre o percentual mínimo de Correição das Comarcas estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mas que a presente visita não foi oriunda que reclamação ou denúncia, mas sim de um calendário pré-programado. O Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Abaetetuba, Dr. CARLOS MÁRCIO, saudou a equipe correicional e deu boas vindas aos mesmos, explicando a finalidade da Correição Ordinárias. Após, não havendo mais qualquer pessoa interessada em manifestar-se, e nada mais havendo a declarar, a Desembargadora Corregedora agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a presente audiência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



pública, cuja Ata, Eu (Marco Antônio Pedrosa de Araújo, Assessor Jurídico),
lavrei e subscrevi, a qual segue devidamente assinada pelos demais presentes.


Desembargadora MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI

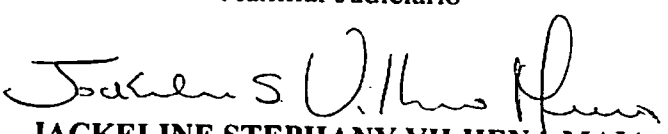

MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


CARLOS MÁRCIO MELO QUEIROZ
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum


LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA
Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial

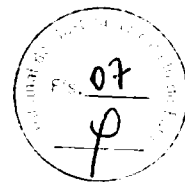

DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO
Juiz de Direito Titular da Vara Criminal


CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário


JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL
Analista Judiciário

THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

331
P

Processo nº 2015.7.003256-1

**RELATÓRIO CONCLUSIVO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
COMARCA DE ABAETETUBA**

Período: 16 a 18 de setembro de 2015.

Realizou-se Correição Ordinária na Comarca de Abaetetuba, no período de 16 a 18 de setembro de 2015, tendo sido correcionadas as 02 (duas) Varas cíveis (1ª e 2ª) e a Vara Criminal (3ª), além do Juizado Especial cível e criminal, e a parte administrativa (UNAJ, Secretaria da Direção, Setor de Protocolo e distribuição), realizada também visita ao Centro Regional de Recuperação de Abaetetuba, sob a coordenação da Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça da CJCI, e da Juíza Auxiliar da CJCI, Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, tendo sido ainda realizada Correição nos Cartórios extrajudiciais da comarca, sob a coordenação do Juiz Auxiliar da CJCI, Dr. José Antônio Ferreira Cavalcante.

No dia 16 de setembro de 2015, às 08:30 horas, foi aberta Audiência Pública na Comarca, com a presença dos Juizes das 03 Varas, dos servidores, dos Promotores de Justiça e Defensoras Públicas.

Foi aberta a audiência pública com o pronunciamento do Juiz diretor do Fórum, Dr. Carlos Márcio de Melo Queiroz (titular da 2ª Vara Cível) e depois se pronunciou a Exma. Sra. desembargadora Corregedora, após o que, falaram o Juiz auxiliar da CJCI, Dr. José Antônio Cavalcante, e a Juíza auxiliar desta Corregedoria, Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, expondo como seriam conduzidos os trabalhos correccionais.

Nenhum dos presentes se pronunciou durante a abertura, pelo que, foi declarada encerrada a audiência pública, conforme Ata de Instalação anexa.

1 - 1ª VARA CÍVEL

Competência: Infância e Juventude (privativa), Fazenda Pública (privativa), Interditos, órfãos e ausentes (privativa), Família (concorrente) e Cível e comércio por distribuição.

Juiz titular: LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA, desde 16/01/2015 (Portaria nº 131/2015-GP, de 20/01/2015).

1.1 - GABINETE:

Há 01 assessora exclusivamente comissionada, 01 (um) analista judiciário e 01 (uma) estagiária.

Realizam cadastro de audiências. Em média, ocorrem de 04 a 09 audiências por semana. As audiências ocorrem às terças, quartas e quintas, e eventualmente, em casos urgentes, na segunda-feira (quando o Juiz atua nos feitos eleitorais).

O gabinete mantém uma agenda de audiências, e as realiza por classe, como, por

1

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

exemplo, ações de alimentos e família concentrados em determinado dia da semana. Segundo o informado, um dos maiores obstáculos à realização das audiências, se refere à não localização das partes, que mudam o endereço e não informam, bem como a área abrangida pela Comarca, que abarca ilhas e inúmeros ramais.

Há 04 pontos de rede, que estão atendendo à necessidade da demanda do Gabinete.

1.2 - SECRETARIA:

Há 06 (seis) servidores, sendo 04 (quatro) concursados do TJPA, dos quais 02 (dois) analistas judiciários e 02 (dois) auxiliares judiciários, e 02 (dois) cedidos pelo Município e há 01 (um) estagiário. Nenhum dos servidores da Secretaria possui formação jurídica e não há estagiário de Direito em razão de não existir Faculdade no Município.

Os processos ficam acondicionados em caixas de cores diferentes, de acordo com a matéria e são separadas as caixas por fase processual. Os armários possuem portas.

Os feitos de família ficam em caixas na cor azul, os da Infância e Juventude em caixas na cor vermelha, os de execução fiscal em caixas amarelas. Separação dos processos em caixas por fase processual (atos a serem cumpridos), sendo os atos registrados no Sistema Libra através de tramitação interna.

Os processos das Metas 02, 04 e 06 do CNJ são separados por caixas.

Há um armário separado de processos para cumprimento de atos, com tramitação interna no Sistema Libra (caixa 1, caixa 2, caixa 3, etc.).

Há pastas com petições pendentes de juntada, de acordo o mês, havendo uma com elevado número pendentes de juntada desde 2013 a 2014.

Pela informação extraído do Sistema Libra, há 4.508 (quatro mil, quinhentos e oito) processos em tramitação, entretanto, pela contagem física, há 3.446 processos em tramitação, sendo 2.774 cíveis e 572 da Infância e Juventude.

Há cobrança verbal de mandados para cumprimento com oficiais de justiça e, segundo informação da Diretora de Secretaria, tem funcionado.

A cobrança de processos com vistas ao MP, à Defensoria Pública e a advogados ocorre somente quando alguma parte solicita. Não há controle periódico na cobrança. A carga mais antiga para o Ministério Público data de 03/01/2002, para a Defensoria Pública data de 22/10/2014 e para advogado data de 25/10/2001.

Com relação às cartas precatórias, as expedidas, somente quando a parte pede para devolver, não havendo controle periódico. As cartas precatórias para cumprimento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

332

na vara estão em dia, sendo a mais antiga de 2014.

Utilizam e-mail para cobrança de cartas precatórias expedidas a outras Comarcas do Estado e malote digital para precatórias expedidas para outro Estado.

Há dificuldade no andamento das execuções fiscais e nas ações do cível e comércio por causa das prioridades (família, infância e juventude, alimentos, guarda, adoção, interditos).

Há somente 01 adolescente internado provisoriamente. O prazo de 45 dias para conclusão de processos de adolescentes provisoriamente internados é cumprido pelo Magistrado. Geralmente a audiência de apresentação ocorre no mesmo dia da apreensão, exceto quando a apreensão é no final de semana, quando precisam pedir o adolescente da Unidade de Internação, na Região Metropolitana.

Há 519 processos da Meta 02/2015 do CNJ (ajuizados até 31/12/2015) pendentes de julgamento de um total de 1307, tendo sido julgados 666 em 2014 e 122 até 30/07/2015. Cumprido o percentual de 60,29%.

Existem 14 (catorze) processos da Meta 04/2015 do CNJ (ações de improbidade administrativa ajuizadas até 31/12/2012).

Há 13 (treze) processos da Meta 06/2015 do CNJ (ações coletivas distribuídas até 31/12/2012) pendentes de julgamento de um total de 19 (dezenove).

Havia 83 cartas precatórias cíveis e 11 cartas precatórias da Infância e Juventude.

Havia 42 pedidos liminares pendentes de apreciação.

De 2012 a 2015, verifica-se pelo formulário de Correição, o cumprimento da Meta 01 (julgamento no ano de número maior de ações do que as distribuídas) somente no ano de 2015, havendo até a data da correição, 516 julgadas para 470 distribuídas.

Há processos julgados pendentes de baixa/arquivamento no Sistema Libra, o que aumenta a taxa de congestionamento da Vara.

Em 2015, consta a informação de que foram realizadas 534 audiências, tendo sido remarçadas 49 e 04 não foram realizadas. A pauta de audiências está preenchida até janeiro de 2016.

Há processos aguardando a realização de exame de DNA, tendo sido feita solicitação ao setor social do TJPA sem resposta até o momento. Como há 02 anos não promovem o "Pai Presente", que contribuiu significativamente nesses casos, houve espera crescente na realização de exames de DNA, encontrando-se a Vara há mais de 02 anos sem realizar a coleta do material de DNA. A última reiteração de ofício requerendo o exame ocorreu há 04 meses, sem resposta.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Não há arquivo físico dos alvarás expedidos, nem arquivo digital. São impressas duas cópias dos alvarás, uma que é entregue à parte e outra juntada aos autos dos processos.

Não há arquivo digital nem físico de ofícios expedidos, havendo somente controle da quantidade de ofícios expedidos.

Foi localizada inicial cadastrada em 08/05/2015 e distribuída em 18/08/2015 (Processo nº 0059204-70.2015.814.0070), pendente de conclusão.

A equipe da Corregedoria juntamente com a Secretaria, procedeu à identificação, entre 97 iniciais, as que continham prioridade e pedidos liminar/tutela antecipada, solicitando que seja providenciado a conclusão ao gabinete, as quais seguem a seguir especificadas: Com pedido liminar: 49, sendo 24 alimentos; 02 guarda; 19 busca e apreensão; 01 reintegração de posse; 03 tutela/curatela.

Sem pedido liminar: 28, sendo 16 execução de alimentos; 05 (cinco) de pedido de homologação de acordo extrajudicial de alimentos; 01 (uma) guarda; 01 (uma) de investigação de paternidade; 01 (uma) revisional de alimentos; 01 (uma) substituição de curador; 03 (três) execução de medida socioeducativa

A publicação é feita através da resenha do dia, não sendo feita manualmente, o que otimiza o tempo do servidor da Secretaria responsável pela tarefa. A maior dificuldade é cadastrar o nome do advogado, de modo que ficou recomendado que seja incluído o nome do advogado no sistema quando do cadastramento da petição. A publicação é feita uma vez por semana.

No Sistema Libra constam 1886 processos sem movimentação há mais de 100 dias.

Há 03 pontos de rede, que são distribuídos entre os 05 computadores. A Diretora de Secretaria conecta o notebook pessoal na rede wi-fi, mas funciona de forma precária.

Seguem, em anexo, planilhas contendo a análise de processos, por amostragem, de execução fiscal, Infância e Juventude (ato infracional e feitos de outra natureza) e das Metas 02, 04 e 06 do CNJ.

1.3 - RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA:

1.3.1 – Efetuar cobrança periódica de processos que estejam com carga para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e para advogados, estabelecendo um prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, para verificação, pois há processo com o MP desde 03/01/2002, com advogado desde 25/10/2001 e com a Defensoria Pública desde 22/10/2014;

1.3.2 – Dar baixa no Sistema Libra dos processos que se encontram julgados com trânsito em julgado, para baixar a taxa de congestionamento da Vara;

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

333
P

- 1.3.3 – Dar prioridade aos processos das Metas 02, 04 e 06, ainda pendentes de julgamento;
- 1.3.4 – Identificar de forma mais visível processos envolvendo pessoas idosas;
- 1.3.5 – Efetuar controle ainda que digital dos ofícios expedidos, para efetuar controle do cumprimento;
- 1.3.6 – Efetuar a juntada das petições pendentes desde 2013 e 2014, promovendo a realização de mini mutirões entre os servidores da Secretaria;
- 1.3.7 – Cobrar os mandados que se encontram com carga para oficiais de Justiça desde março e agosto de 2015;
- 1.3.8 – Retirar do sistema os processos que não estejam mais em tramitação, com a respectiva baixa, pois foi verificado durante a correição 3446 processos físicos e 4.508 cadastrados o Libra como em tramitação, com diferença de mais de 1000 (mil) feitos;
- 1.3.9 – Realizar triagem dos processos que aguardam a realização do exame de DNA, incluindo as iniciais que foram ajuizadas recentemente, para que seja solicitado o material, via e-mail, para ssfc@tjpa.jus.br;
- 1.3.10 – Encaminhar conclusos ao gabinete os processos que se encontram com petições pendentes de análise pelo magistrado, sobretudo as que se referem a pedido de liminar e a alimentos;
- 1.3.11 – Agilizar os feitos que se encontram paralisados há mais de 100 dias.

1.4 - RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1.4.1 – Dar prioridade aos processos das Metas 02, 04 e 06, ainda pendentes de julgamento;
- 1.4.2 – Efetuar controle ainda que digital dos ofícios expedidos, para efetuar controle do cumprimento;
- 1.4.3 – Verificar a identificação dos processos envolvendo pessoas idosas;
- 1.4.4 – Acompanhar o trabalho da Secretaria com relação à necessidade de baixa no Sistema Libra dos processos que se encontram julgados, com trânsito em julgado, para redução da taxa de congestionamento da Vara;
- 1.4.5 – Verificar o lixo no Sistema Libra, pois há 3446 processos físicos e 4508 no Sistema Libra, com diferença de mais de 1000 processos;
- 1.4.6 – Acompanhar a agilização das ações de investigação de paternidade, com pendência de realização do exame de DNA;
- 1.4.7 – Apreciar as petições pendentes de análise que se encontram em Secretaria,

5

Mônica Maciel Sobres Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

sobretudo as que se referem a pedido de liminar e a alimentos;

1.4.8 – Promover a agilização dos processos sem movimentação há mais de 100 dias.

2 - 2ª VARA CÍVEL

Competência: Registros Públicos (privativa), Falência (privativa), Família (concorrente) e Cível e comércio por distribuição.

Juiz titular: CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ, desde 07/04/2008.

2.1 - GABINETE:

Há 01 (uma) assessora exclusivamente comissionada e 01 (um) analista judiciário, enquadrado (com formação em Direito).

Realizam cadastro de audiências. Em média, ocorrem de 05 a 06 audiências por dia. As audiências ocorrem, em regra, às terças, quartas e quintas e são realizadas de acordo com a matéria, por exemplo, um dia somente para ações de alimentos, outro para retificação de registro civil, etc. Segundas e sextas são dias destinados a inspeções judiciais.

Em regra, o Magistrado designa a data das audiências, mas há casos em que o magistrado despacha para realização da audiência sem designação de data, ficando a cargo da Secretaria a designação através de ato ordinatório. Nos casos de retificação de registro civil, quando retorna o processo do Ministério Público com pedido de audiência de justificação, a Secretaria designa a data sem remeter os autos novamente conclusos, o que imprime celeridade aos feitos.

A Secretaria mantém o monitoramento na semana dos processos com audiência designada que aguardam retorno de mandado e de carta precatória.


A pauta de audiências está preenchida até novembro de 2015. Os casos mais urgentes/com prioridades são encaixados em datas mais próximas.

2.2 - SECRETARIA:

Há 05 (cinco) servidores, sendo 02 (dois) concursados do TJPA, dos quais 02 (dois) são analistas judiciários, um da área do Direito e uma formada em Administração (enquadramento), exercendo a função de Diretora de Secretaria, e há 03 (três) cedidos da Prefeitura Municipal de Abaetetuba. Há 01 (uma) estagiária.

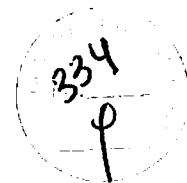
Os processos ficam acondicionados em caixas e os armários possuem portas. Não estão separados por tipo de ação, mas sim por fase processual.

Os processos da Meta 02 do CNJ não se encontram separados dos demais e alguns estão com etiqueta do CNJ.


Mônica Márcia Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



A Secretaria é limpa e organizada, com divisão de tarefas entre os servidores, o que auxilia na agilização da tramitação de processos.

Os processos que envolvem idosos estão identificados por etiquetas enviadas pelo TJPA e estão sendo separados em pasta. Os que envolvem alimentos não possuem identificação.

A publicação dos atos processuais é semanal.

Não há controle periódico do cumprimento das cartas precatórias expedidas.

As atribuições da Secretaria são divididas entre os servidores, de modo que cada servidor tem o seu dia de fazer juntada de petição e conseqüente análise do processo para verificar o que está pendente de cumprimento. Cada servidor fica responsável por diligências de 02 oficiais de Justiça, fazendo juntada dos mandados.

O atendimento ao público é realizado por uma servidora específica, que permanece na sala do Juizado Especial pela manhã, considerando o espaço físico. Os atendimentos ao Ministério Público, Defensoria Pública e advogados e casos mais delicados são realizados na Sala da Secretaria.

Todos os armários da Secretaria são identificados com números. No armário 02, os processos que aguardam audiências (que são separados em caixas de acordo com o mês); que aguardam devolução de carta precatória (divididos por ano); que aguardam devolução de AR; que aguardam recolhimento ou pagamento de custas iniciais e finais; pendentes de encaminhamento à Defensoria Pública e ao Ministério Público; aguardando contestação ou outro prazo; aguardando coleta do material genético; aguardando certificação de trânsito em julgado.

No armário 03, encontram-se os processos que aguardam o preparo de ato ordinatório, como a designação de audiências e outros. Há muitos processos no referido armário (em duas prateleiras) cujos mandados já foram juntados, pendente de cumprimento dos demais atos. Esses processos foram analisados e aguardam somente cumprimento de atos, não ocorrido em virtude do acúmulo de serviço da Secretaria.

No mencionado armário há também processos pendentes de encaminhamento para inscrição em dívida ativa, ainda não providenciada em virtude da necessidade de prioridade na tramitação de outros feitos. Há processos que foram ajuizados em 1995 que se encontram nessa situação.

No armário 04 se encontram processos com ato ordinatório pendente de cadastro no Sistema Libra; outros que retornaram do setor social, a maioria para arquivar, por estarem sentenciados e há ações de inventário.

No armário 05 se encontram processos que aguardam devolução de mandado. Os processos acondicionados nesse armário estão divididos em caixas com o nome do

Mônica Mascari Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Oficial de Justiça responsável pela diligência. Em cima do armário, há duas caixas com os processos suspensos e os em arquivamento provisório.

No armário 06 há mandados distribuídos aos Oficiais de Justiça, os quais ficam em pastas com o nome de cada oficial, e cada Oficial recolhe em sua pasta própria os mandados que lhe foram distribuídos. Há também no referido armário processos com despachos pendentes de cumprimento.

No armário 07 se encontram mandados que foram cumpridos (separados por Oficial de Justiça), pendentes de juntada aos autos.

No armário 08, encontram-se pastas com documentos, todas identificadas.

Há processos com despachos pendentes de publicação.

Foram encontradas cartas precatórias pendentes de certificação de cumprimento ou devolução de mandado por oficiais de Justiça.

Foram encontrados processos na Secretaria pendentes de remessa ao Magistrado.

Foram encontradas petições pendentes de análise pelo Magistrado datadas de 2013.

Verificou-se a necessidade de a Secretaria certificar sobre ocorrência de citação, revelia, realização de diligências, manifestação das partes.

Verificou-se a existência de processos sem movimentação desde 2013.

Uma servidora auxiliar judiciário fica responsável pela triagem dos processos que retornam do gabinete e somente os mais complexos são entregues à Diretora de Secretaria, para análise e triagem.

Pela informação extraída do Sistema Libra, há 3.447 (três mil, quatrocentos e quarenta e sete) processos em tramitação, e, pela contagem física, há 3.654 (três mil, seiscentos e cinquenta e quatro) processos em tramitação.

A publicação de atos processuais é semanal.

De 2012 a julho de 2015 não se observa o cumprimento da Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de processos em número superior ao número de distribuídos).

Os processos não são separados por classe, nem por tipo de ação, sendo organizados por fase processual.

A Secretaria Judicial identifica com fita colorida os processos conclusos para sentença, mas há necessidade de melhor identificação dos que se referem a prioridades.

Segundo informação da Secretaria, há 164 (cento e sessenta e quatro) processos paralisados por falta de cumprimento de ato judicial por mais de 100 dias, entretanto, o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

335
P

Libra aponta 1301 (mil, trezentos e um) processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias.

Há mandados com Oficiais de Justiça desde março de 2015. O controle é feito pelo Sistema Libra e a cobrança é feita verbalmente e através de ofício.

Consta processo com carga à Defensoria Pública desde 03/11/2003, ao Ministério Público desde 10/07/2015 e a advogado desde 15/07/2014. O processo que se encontra com carga para a Defensoria desde 2003 se refere a autos de procedimento de investigação de paternidade oficiosa, e estava cadastrado no Sistema Gol, tendo se seguindo a esse sistema o sistema SAP e atualmente o LIBRA. A atual diretora de secretaria ao assumir a função em outubro de 2010, providenciou a cobrança da devolução de processos após detectar cargas em aberto, entretanto, o processo que consta como em carga para a Defensoria Pública não foi encontrado fisicamente naquele órgão, não se sabendo se foram ou não devolvidos, se não foi efetuada baixa no sistema.

Não é feita a apuração e cobrança das custas finais antes da sentença.

Até 17/09/2015, se encontravam cadastradas no Libra 280 audiências realizadas, tendo sido remarcadas 40 e 466 sentenças prolatadas.

Há 452 processos da Meta 02/2015 do CNJ (ajuizados até 31/12/2015) pendentes de julgamento de um total de 1.171, tendo sido julgados 655 em 2014 e 64 até 30/07/2015. Cumprido o percentual de 61,40%.

Havia 64 cartas precatórias cíveis em tramitação e 65 expedidas, pendentes de resposta. A Secretaria mantém os processos que aguardam devolução de Carta Precatória em um mesmo espaço na Secretaria, os quais se encontram separados por ano, e a cobrança é feita esporadicamente, de acordo com a cobrança das partes e do Juiz.

O Sistema Libra aponta 2.118 petições pendentes de juntada.

A Secretaria mantém uma caixa de arquivo onde guarda os processos que estão aguardando somente a certificação do trânsito em julgado, trabalho realizado toda vez que a caixa se encontra cheia. Após ser certificado o trânsito em julgado, é dado baixa no sistema e remetido para o setor de arquivo da vara. Na data da correição, há 22 processos nessa situação (sentenciados aguardando a certificação do trânsito em julgado).

Observou-se que os carimbos de juntada são sempre assinados somente pela Diretora de Secretaria, o que pode ser delegado por esta a outro servidor, para otimizar o tempo.

Seguem, em anexo, planilhas contendo a análise de processos, por amostragem, da Meta 02 do CNJ e de processos cíveis, busca e apreensão, registro civil, família e

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

cartas precatórias.

Obs: Permaneceu perante a equipe da Corregedoria de Justiça, o Sr. Manoel de Jesus Barbosa Reis, que fez elogios à prestação jurisdicional da 2ª Vara Cível, tendo em vista a agilidade com que conseguiu reaver bem de sua propriedade que havia sido apreendido. O referido senhor ressaltou que os servidores sempre o trataram com respeito e com educação, se mostrando disponíveis a ajudá-lo.

2.3 - RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA:

2.3.1 – Efetuar cobrança periódica de processos que estejam com carga para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e para advogados, estabelecendo um prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, para verificação;

2.3.2 – Dar baixa no Sistema Libra dos processos que se encontram julgados com trânsito em julgado, para baixar a taxa de congestionamento da Vara;

2.3.3 – Dar prioridade aos processos da Meta 02 pendentes de julgamento;

2.3.4 – Efetuar a juntada de petições pendentes, promovendo a realização de mini mutirões entre os servidores da Secretaria;

2.3.5 – Cobrar os mandados que se encontram com carga para oficiais de Justiça desde março de 2015;

2.3.6 – Providenciar o encaminhamento dos processos já finalizados com intimação das partes, sem recolhimento de custas, após certificar, para inscrição em dívida ativa;

2.3.7 – Antes da sentença, fazer o cálculo das custas finais e cobrá-las antes da finalização do feito, conforme o art. 7º do Provimento nº 09/2008-CJRMB, da Corregedoria da Região Metropolitana e os artigos 10 e 11 do Provimento nº 005/2002 da Corregedoria Geral de Justiça a respeito da cobrança de custas;

2.3.8 – Separar os processos da Meta 02 do CNJ dos demais e dar prioridade à tramitação;

2.3.9 – Certificar o cumprimento de cartas precatórias e a devolução do mandado pelo Oficial de Justiça;

2.3.10 – Encaminhar conclusos ao gabinete os processos que já se encontram prontos para conclusão;

2.3.11 – Encaminhar ao Magistrado as petições pendentes de análise desde 2013;

2.3.12 – Promover a movimentação dos processos que se encontram paralisados desde 2013;

2.3.13 – Identificar os processos que requerem prioridade com tarja ou adesivo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

336
P

2.3.14 – Delegar a outro servidor a tarefa de carimbar juntadas, para otimização do tempo.

2.4 - RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

2.4.1 – Dar prioridade aos processos da Meta 02 do CNJ ainda pendentes de julgamento;

2.4.2 – Antes de prolatar a sentença, verificar se houve recolhimento das custas finais, em observância ao que dispõe o art. 7º do Provimento nº 09/2008-CJRMB, da Corregedoria da Região Metropolitana, e os artigos 10 e 11 do Provimento nº 005/2002, da Corregedoria Geral de Justiça;

2.4.3 – Cobrar da Secretaria o encaminhamento dos processos com custas não recolhidas para inscrição em dívida ativa;

2.4.4 – Analisar as petições que se encontram em Secretaria pendentes de análise desde 2013;

2.4.5 – Promover a movimentação dos processos que se encontram paralisados desde 2013.

3 - 3ª VARA CRIMINAL

Competência: Juízo Singular, Tribunal do Júri e Execução Penal

Juiz titular: D. A. DE P. B., titular desde 2009 (Portaria nº 067/2009-SJ).

3.1 - GABINETE:

Há 01 (uma) servidora auxiliar que fica responsável pelas audiências, 01 (uma) assessora do Juiz e 01 (um) estagiário.

Um Policial Militar faz o pregão das audiências.

Testemunhas esperam muito o horário marcado para a audiência, em virtude da quantidade de audiências marcadas, e as que saem sem que tenham sido ouvidas, não são logo intimadas para outra data reagendada, tendo que ser expedido outro mandado de intimação.

A pauta de audiências fica sob a responsabilidade do Juiz, sendo realizadas até 23 (vinte e três) audiências por dia, de terça a quinta.

3.2 - SECRETARIA:

Há 07 (sete) servidores, sendo 02 (dois) cedidos pelo Município e 05 (cinco) concursados do quadro do TJPA, dos quais 02 (dois) analistas judiciários, incluindo a Diretora de Secretaria, 01 (um) auxiliar judiciário e 02 (dois) atendentes judiciários, e há 01 (uma) estagiária.

Mônica Márcia Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Os processos são acondicionados em armários fechados, e não são separados por fase processual.

Há um armário na entrada da sala da Secretaria onde ficam os processos de réus presos, identificados com fitas vermelhas, as cartas precatórias e os processos conclusos.

Há três armários para cumprimento de despachos e sentenças e há armário com processos com vista para Defensoria Pública, Ministério Público.

Há 01 (um) armário com processos para cumprimento de diligências para realização de audiências agendadas.

Os processos da META 02 não se encontram separados dos demais, encontrando-se somente com adesivos na capa para identificação.

Não há controle do prazo prescricional na contracapa dos processos.

Os processos de réus presos são identificados com tarja e fita vermelha e os processos que envolvem idoso e crime contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes são identificados com etiqueta padrão fornecida pelo TJPA.

Há remessa diária para o Ministério Público, Defensoria Pública e também conclusão diária para o Juiz. Os advogados são intimados através de publicação no Diário Eletrônico.

São 97 (noventa e sete) presos provisórios em 82 (oitenta e dois) processos.

FISICAMENTE há 3.041 (três mil e quarenta e um processos), mas no Libra, aparece o número de 6.544 processos em tramitação. Recomendação desde a correição anterior: dar baixa nos processos sem tramitação: IPL's, flagrantes, pedidos de revogação de prisão preventiva, processos julgados com trânsito em julgado – retirar lixo do sistema.

Os processos de violência doméstica e familiar, os processos do Tribunal do Júri, do Juízo Singular ficam misturados aos demais, sem identificação na capa.

Há 535 (quinhentos e trinta e cinco) feitos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Há 145 (cento e quarenta e cinco) feitos do Tribunal do Júri.

Há 40 (quarenta) processos suspensos de foragidos.

Há identificação dos processos que envolvem crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes com adesivo cor de rosa disponibilizado pelo TJ.

São realizadas, em média, 20 (vinte) audiências de instrução e julgamento por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

337
0

dia. A dificuldade se encontra nas intimações. Acontece de testemunhas não poderem esperar além do horário marcado para a sua oitiva, e não são logo intimadas para uma próxima data, tendo que ser expedido novo mandado de intimação para outra data, dando mais trabalho para a Secretaria e para os Oficiais de Justiça.

Não há cumprimento do prazo de 40 dias para oficiais de justiça receberem mandados (Provimento 002/2014). Normalmente cumprem prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.

Segundo a Diretora de Secretaria, há um controle mensal pelo Sistema dos processos que estão com vistas à Defensoria Pública, ao Ministério Público e advogados.

Com relação às cartas precatórias, são encaixadas audiências na pauta com prioridade e no que se refere à cobrança das precatórias expedidas, há levantamento bimestral para cobrança da devolução. São solicitadas por e-mail, mesmo as de outro Estado. Começaram a usar recentemente o Malote Digital.

Verificou-se que não há juntada aos autos dos processos pela Secretaria de cópia dos mandados expedidos.

3.3 - EXECUÇÃO PENAL:

Funciona a Secretaria em uma sala separada, com espaço físico bem reduzido.

Fisicamente há 647 processos de execução penal e no Sistema Libra há 732 em tramitação.

Há 01 (um) armário destinado a procedimentos de prestação de serviços à comunidade, um armário para o regime aberto, 01 (um) armário para condenados presos provisórios (fase recursal) e feitos do semiaberto, 01 (um) armário destinado aos feitos envolvendo réus foragidos, aguardando cumprimento dos mandados de prisão, e 01 (um) armário para processos suspensos.

Os processos de execução penal se encontram identificados: tarjas de cor vermelha para regime fechado e de cor azul e vermelha para o semiaberto.

Há controle dos benefícios nos processos de execução penal, tanto interno quanto através do Centro Regional de Abaetetuba que informa sempre quando é caso de concessão de benefícios aos presos.

Regime fechado: 152; regime semiaberto: 57 e regime aberto/domiciliar: 181.

Prestação de serviços à comunidade: 47

Livramento condicional: 22.

Benefícios pendentes de análise: 02 (dois) – pendente análise de progressão para

13

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

regime semiaberto – aguardando realização de exame criminológico realizado no IML em 09/09/201 – parecer psiquiátrico pendente. Apenado: Franklin Soares Dias.

Progressão para o regime semiaberto – aguardando agendamento do IML para realização do exame criminológico. Apenado: João Elísio da Conceição.

Seguem, em anexo, planilhas contendo análise da tramitação processual de 10 (dez) processos de cada, por amostragem, de crimes do Juízo Singular, das Metas 02 e 04 do CNJ, do Tribunal do Júri, violência doméstica e familiar e de cartas precatórias.

Anexado também Relatório da Visita ao Centro Regional de Recuperação de Abaetetuba, realizada pela Exma. Sra. Desembargadora Corregedora e pelo Assessor Jurídico Marco Antônio Pedrosa.

3.4 - ANÁLISE DOS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS REALIZADA PELA JUÍZA AUXILIAR DA CJCI, Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA:

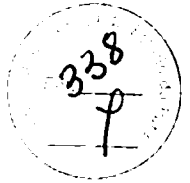
1 – Processo n. 0009189-97.2015.8.14.0070 – ação penal tentativa de homicídio qualificado (art. 121, §2º, incisos I e IV c/c o art. 14, inciso II, do CPB). Decretada a prisão preventiva do réu em 13/05/2015. 01 réu preso provisório: D. C. B. Oferecida a denúncia em 24/06/2015, foi recebida em 15/06/2015. Expedida carta precatória para citação do réu em 06/08/2015, ao juízo da comarca de Santa Izabel, em virtude de o réu se encontrar custodiado no CRPP I, antes da confirmação da citação e da apresentação da resposta escrita à acusação, foi designada a audiência de instrução e julgamento para 28/09/2015, às 12:00 horas. Recomendação: análise da defesa preliminar antes da realização da audiência de instrução e julgamento, pois pode haver hipótese de absolvição sumária. Certificar sobre a citação e a apresentação de defesa preliminar, e caso não apresentada, encaminhar à Defensoria Pública. Verificar se não é caso de tentativa de latrocínio, uma vez que o acusado efetuou disparos durante a fuga para garantir o produto do roubo;

2 – Processo n. 0018174-55.2015.8.14.0070 – ação penal tentativa de homicídio e roubo qualificado (art. 121, c/c o art. 14, inciso II, e art. 157, §2º, inciso I, do CPB). Data da prisão em flagrante: 10/06/2015, convertida em prisão preventiva em 11/06/2015. 01 preso provisório: J. L. F. M. Oferecida a denúncia em 08/07/2015, foi recebida em 15/07/2015. Expedida carta precatória para citação do réu em 23/07/2015, ao juízo da comarca de Marituba, em virtude de o réu se encontrar custodiado no PEM I, antes da confirmação da citação e da apresentação da resposta escrita à acusação, foi designada, em 24/08/2015, a audiência de instrução e julgamento para 28/09/2015, às 11:00 horas. Citado o réu em 30/07/2015 sem resposta escrita até a presente data juntada aos autos. Recomendação: análise da defesa preliminar antes da realização da audiência de instrução e julgamento, pois pode haver hipótese de absolvição sumária; certificar sobre a citação e a apresentação ou não da defesa preliminar no prazo, e, se for

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



o caso, encaminhar à Defensoria Pública;

3 – Processo n. 0019170-53.2015.8.14.0070 – ação penal porte ilegal de arma de fogo (art. 16 da Lei n. 10.826/2003). Data da prisão em flagrante: 10/06/2015, convertida em prisão preventiva em 11/06/2015 do réu Mauri. 01 preso provisório: M. E. V. C. Os outros três réus respondem em liberdade: I. P. C., H. V. DOS S. M. e J. A. N. DE A. Oferecida a denúncia em 07/07/2015, foi recebida em 15/07/2015. Expedidas cartas precatórias aos Juízos das comarcas de Ananindeua e de Belém para citação dos réus, antes da confirmação da citação e da apresentação da resposta escrita à acusação, foi designada, em 24/08/2015, a audiência de instrução e julgamento para 28/09/2015, às 11:30 horas. Consta dos autos certidão somente com relação à não citação do réu José Augusto, que não foi localizado para ser citado. Não há informação sobre citação dos demais nem sobre resposta escrita à acusação. Recomendação: análise da defesa preliminar antes da realização da audiência de instrução e julgamento, pois pode haver hipótese de absolvição sumária; certificar sobre a citação e a apresentação ou não da defesa preliminar no prazo, e, se for o caso, encaminhar à Defensoria Pública. Há um réu não localizado para ser citado;

4 – Processo n. 0051185-75.2015.8.14.0070 – ação penal furto qualificado (art. 155, §4º, inciso I, do CPB). Data da prisão em flagrante: 02/08/2015, tendo sido concedida liberdade provisória mediante fiança e outras medidas cautelares na mesma data, mas o réu continua preso. 01 preso provisório: C. M. DA S. Oferecida a denúncia em 19/08/2015, foi recebida em 24/08/2015 na decisão de recebimento da denúncia já consta designação da audiência de instrução e julgamento para 28/09/2015, às 09:00 horas. Não há informação nos autos sobre citação, nem sobre resposta escrita à acusação. Recomendação: análise da defesa preliminar antes da realização da audiência de instrução e julgamento, pois pode haver hipótese de absolvição sumária; certificar sobre a citação e a apresentação ou não da defesa preliminar no prazo, e, se for o caso, encaminhar à Defensoria Pública. Verificar a pendência com relação ao recolhimento de fiança;

5 – Processo n. 0024170-34.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II do CPB). Data da prisão em flagrante. 18/06/2015, convertida em prisão preventiva em 19/06/2015. 02 réus presos provisórios: E. A. G. e J. R. M. Concedida liberdade à acusada, mediante fiança e indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva do réu Erick. Oferecida a denúncia em 08/07/2015, foi recebida em 15/07/2015. Citado o réu Erick em 06/08/2015, apresentou defesa preliminar, em 22/07/2015, com alegações de mérito, inclusive de hipótese levantada de absolvição sumária. Não consta informação sobre citação da outra acusada, nem sobre apresentação de defesa preliminar por esta. Designada audiência de instrução e julgamento para 28/09/2015, às 10:30 horas, sem análise da resposta escrita do réu Erick e sem confirmação da citação da outra ré. Recomendação: Certificar sobre a citação e apresentação de defesa pela ré Jacqueline e

15

Mônica Madel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

analisar as alegações de mérito da defesa do réu Erick antes da audiência;

6 – Processo n. 0051184-90.2015.8.14.0070 – ação penal feminicídio, lesão corporal e tentativa de homicídio c/c roubo qualificado por emprego de arma (art. 121, §2º, incisos I, IV e VI, §2º-A, §7º, inciso III, do CPB c/c o art. 1º, inciso I, da Lei 8.072/1990, c/c o art. 7º, inciso I, da Lei 11.340/2006, em relação à vítima ex-companheira e art. 129, §9º, do CPB contra o filho, art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, do CPB e, relação à vítima Miranilde, e art. 157, §2º, inciso I, do CPB em relação à vítima Celivado). Mandado de prisão preventiva datado de 21/07/2015. Réu preso provisório: D. L. S. DA C. Oferecida a denúncia em 17/08/2015, foi recebida em 24/08/2015, designada audiência de instrução para 28/09/2015, às 10:00 horas, antes da citação do réu. Expedida carta precatória de citação do réu em 28/08/2015 ao Juízo da comarca de Santa Izabel, em virtude de o réu se encontrar custodiado no Centro Cel. Anastácio das Neves. Não há certidão sobre citação e resposta escrita à acusação. Recomendação: Certificar sobre a citação e apresentação de defesa preliminar antes da audiência;

7 – Processo n. 0001523-45.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por concurso de pessoas (art. 157, §2º, inciso II, do CPB). Autos apartados com relação aos autos n. 0001958-58.2011.8.14.0070, em virtude de o réu M. P. DA S. ter sido primeiro citado por Edital por estar em local incerto e não sabido. Citação pessoal em 26.06.2015. Apresentada defesa preliminar em 02/07/2015, através de advogado habilitado. Ratificado o recebimento da denúncia, analisada a defesa preliminar e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 01/10/2015, às 09:50 h;

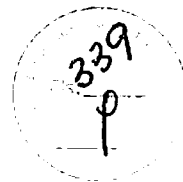
8 – Processo n. 0002164-33.2015.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de entorpecentes e corrupção ativa (art. 33 da Lei n. 11.340/2006 c/c o art. 333 do CPB). Data da prisão em flagrante: 30/04/2015, convertida em prisão preventiva em 01/05/2015. Réu preso provisório: B. O. C. Advogada: Denilza de Souza Teixeira. Citado o réu para apresentar defesa preliminar no prazo legal (em 17/06/2015). Após apresentação da defesa preliminar, em 22/06/2015, através de advogada habilitada. Recebida a denúncia em 29/06/2015, e designada audiência para 23/07/2015, às 09:00 horas, realizada com inquirição de testemunha de acusação, com designação da continuação da audiência para o dia 25/08/2015, às 11:40 horas, ocasião em que foi inquirida mais uma testemunha e foi designada a continuação para 29/09/2015, às 08:30 horas. Mantida a custódia cautelar do réu em 27/08/2015;

9 – Processo n. 0039170-74.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Preso provisório: J. N. F. ou J. N. DA S. Data da prisão em flagrante: 08/07/2015, convertida em preventiva em 10/07/2015. Oferecida a denúncia em 30/07/2015, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 29/09/2015, às 10h40min, antes da citação e resposta à acusação. Não há certidão nos autos sobre a citação nem sobre a apresentação de defesa preliminar. Recomendação: certificar sobre a citação e

Monica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar de Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



apresentação ou não de defesa preliminar;

10 – Processo n. 0002369-67.2012.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Preso provisório: J. L. F. C. Prisão em flagrante em 13/08/2012, convertida em prisão preventiva em 14/08/2012. Oferecida a denúncia em 22/03/2013, foi recebida e logo designada audiência de instrução e julgamento para 14/05/2013, às 09:15 h, antes da citação do réu. Na data designada, não se realizou a audiência em virtude de o réu não ter sido citado para apresentar defesa preliminar, pelo que, foi redesignado o ato para 11/06/2013, às 10:15 horas. Tentativa de citação do réu em 13/05/2013, com a informação de que estava em local incerto e não sabido (foragido). Citado o réu por Edital em 19/06/2013, sem apresentação de defesa. A Defensoria Pública requereu a suspensão do processo e do prazo prescricional em 09/07/2013. Prosseguiu-se com a inquirição de testemunhas em 10/07/2013, às 08:30 horas. Designada continuação da audiência para 28/08/2013, às 11:20 horas. Remarcada continuação da audiência para 06/05/2014, às 09:00 horas, ante a impossibilidade de comparecimento da testemunha, redesignada para 26/11/2014, às 09:00 horas, e como a testemunha mais uma vez não compareceu, o Ministério Público desistiu de sua oitiva. Acautelamento dos autos em secretaria até aparecimento do acusado foragido, o qual foi preso novamente em 28/04/2015, pela prática de outro delito. Determinação de citação pessoal e designação de audiência, em 08/07/2015, para o dia 20/08/2015, às 10:40 horas. Citado o réu em 30/06/2015, foi apresentada defesa preliminar, em 18/08/2015, através de advogada habilitada (dra. Denilza de Souza Teixeira, OAB/PA8020), a qual requereu a redesignação da audiência, tendo sido redesignada para 30/09/2015, às 10:20 horas. Mantida a prisão em 27/08/2015;

11 – Processo n. 0001301-77.2015.8.14.0070 – ação penal por tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Data da prisão em flagrante: 14/03/2015, convertida em preventiva em 15/03/2015. Preso provisório: D. S. Oferecida a denúncia em 15/04/2015, foi determinada a notificação do réu para apresentar defesa prévia, em 27/04/2015. Intimado o réu em 19/05/2015, apresentou resposta escrita à acusação em 29/05/2015, através da Defensoria Pública. Analisada a defesa preliminar, foi designada audiência para 13/08/2015, às 10:20 horas, não realizada em virtude da impossibilidade de comparecimento do Promotor de Justiça, tendo sido redesignada para 01/09/201, às 09:15 hs. Realizada a instrução, foi determinada vista dos autos às partes, para alegações finais. Recomendação: vistas para as partes para memoriais finais e conclusão do feito;

12 – Processo n. 0036173-21.2015.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Data da prisão em flagrante: 04/07/2015, convertida em preventiva em 05/07/2015. Preso provisório: F. B. DA S. Oferecida a denúncia em 23/07/2015, foi determinada a notificação do réu para apresentar defesa prévia, em 05/08/2015. Intimado o réu em 20/08/2015, apresentou resposta escrita à

Mônica Matiel Soares Fonseca
Juíza Auxiliadora Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

acusação em 16/09/2015, através de advogado habilitado (Cléober Tadeu, OAB/PA 21122). Pendente designação da audiência de instrução e julgamento;

13 – Processo n. 0005199-98.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Réu preso provisório: L. R. F. C. Prisão em flagrante: 20/05/2015, convertida em preventiva em 21/05/2015. Oferecida a denúncia em 24/06/2015, foi recebida em 15/07/2015. Citado o réu, apresentou defesa preliminar, em 28/07/2015, através de advogada habilitada (Denilza Teixeira, OAB/PA 8020). Foi designada audiência de instrução e julgamento em 26/08/2015, para o dia 15/09/2015, às 11:40 horas, ocasião em que foi inquirida uma testemunha e foi designada a continuação da audiência para 01/10/2015, às 09:30 horas;

14 – 0019178-30.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Data da prisão em flagrante: 08/06/2015, convertida em preventiva em 10/06/2015. Réu preso provisório: J. DE A. B. J. Oferecida a denúncia em 29/06/2015, foi recebida em 13/07/2015 (pelo Juiz Carlos Márcio). Citado o réu em 16/07/2015, apresentou resposta à acusação, em 04/08/2015, através da Defensoria Pública. Designada audiência de instrução para 15/09/2015, às 08h40min, realizada com inquirição de duas testemunhas de acusação, tendo sido designada a continuação da audiência para 30/09/2015, às 11:30 horas;

15 – Processo n. 0002089-91.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Data da prisão em flagrante: 29/04/2015, convertida em preventiva em 30/04/2015. Réus presos provisórios: R. M. L. e D. R. S. L. Oferecida a denúncia em 28/05/2015, foi recebida em 03/06/2015, designando audiência de instrução para 14/07/2015, às 11:00 horas, antes da citação do réu. Citado o réu Railson, em 26/06/2015. O réu Deivid Rurian Silva Lima apresentou resposta escrita à acusação em 01/07/2015, através da Defensoria Pública. Apresentada resposta escrita à acusação do réu Railson, em 14/07/2015, através de advogada habilitada (Denilza Teixeira, OAB/PA 8020). Realizada audiência em 14/07/2015, analisado o mérito das defesas preliminares antes da inquirição das testemunhas. Designada continuação da audiência de instrução para 15/09/2015, às 11h20min, realizada com inquirição de uma testemunha de acusação, tendo sido designada a continuação da audiência para 01/10/2015, às 09:00 horas, para inquirição da vítima e interrogatório do réu;

16 – Processo n. 0071165-08.2015.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Data da prisão em flagrante: 28/08/2015, convertida em preventiva em 29/08/2015. 01 preso provisório: M. B. A. Decisão indeferindo o pedido de liberdade provisória, datada de 14/09/2015. Auto de prisão em flagrante. Recomendação: cobrar a conclusão do IPL;

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

340
P

17 – Processo n. 0002299-45.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado e corrupção de menores (art. 157, §2º, incisos I e V, e art. 244-B do CPB). Data da prisão em flagrante: 13/05/2015, convertida em preventiva em 14/05/2015. Réus presos provisórios: L. O. DA S. C. e F. F. D. Oferecida a denúncia em 03/06/2015, foi recebida em 09/07/2015, designando audiência de instrução para 25/08/2015, às 10:20 horas, antes da citação do réu. A decisão de recebimento se encontra nos autos de prisão em flagrante. O réu Fernando Freitas Dias apresentou resposta escrita à acusação em 30/06/2015, através de advogado habilitado, e o réu Luiz Otávio da Silva Carvalho apresentou resposta escrita à acusação em 02/07/2015, através de advogado habilitado. Realizada audiência na data designada, foram inquiridas as vítimas e uma testemunha de acusação, tendo sido designada continuação da audiência de instrução para 29/09/2015, às 09:00 horas. Recomendação: juntar a decisão de recebimento da denúncia (que se encontra no auto de prisão em flagrante) aos autos principais;

18 – Processo n. 0000662-59.2015.8.14.0070 – ação penal homicídio qualificado (art. 121, §2º, incisos I e IV, do CPB). Data da prisão em flagrante: 09/02/2015, convertida em preventiva em 10/02/2015. Réu preso provisório: A. N. D. B. Oferecida a denúncia em 27/03/2015, foi recebida em 06/04/2015, designando audiência de instrução para 11/05/2015, às 10:30 horas, antes da citação do réu. Citado o réu em 27/04/2015, ofereceu resposta escrita à acusação em 05/05/2015, através da Defensoria Pública. Realizada a instrução e julgamento na data marcada, ocasião em que foi determinada vista dos autos ao Ministério Público e à defesa, para alegações finais. Apresentadas alegações finais pelo MP em 17/06/2015, tendo a defesa se reservado para apresentar matéria de mérito por ocasião do julgamento pelo Tribunal do Júri, conforme manifestação datada de 08/07/2015. Pendente juntada de laudo pericial. Recomendação: agilização na prolação da decisão de pronúncia;

19 – Processo n. 0000245-09.2015.8.14.0070 – ação penal homicídio qualificado e homicídio tentado em concurso formal (art. 121, §2º, incisos II e IV, do CPB c/c o art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, e art. 70 do CPB). Mandado de prisão preventiva expedido em 18/12/2014. Réu preso provisório: C. DE C. S. Oferecida a denúncia em 07/04/2015, foi recebida em 10/04/2015, designando audiência de instrução para 13/05/2015, às 17:00 horas, antes da citação do réu. Citado o réu em 17/04/2015, ofereceu resposta escrita à acusação em 29/04/2015, através da Defensoria Pública. Realizada a instrução na data marcada, foram inquiridas a vítima e uma testemunha de acusação, tendo sido designada a continuação da audiência para 25/06/2015, às 10:20 horas. Em 23/06/2015, houve reconhecimento do réu pela vítima. Em 25/06/2015, houve oitiva de mais uma testemunha, tendo sido designada a continuação da instrução para 29/07/2015, às 10:00 horas, data em que foi concluída a instrução com oitiva de testemunhas e interrogatório do réu. Pendente laudos periciais de lesão corporal e de necropsia. Mantida a prisão em 24/08/2015, durante o II Mutirão carcerário. Recomendação: necessidade de insistir na cobrança dos laudos periciais à autoridade

19

Monica Maciel Soares Rubeira
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

policial, para agilização na prolação da decisão de pronúncia;

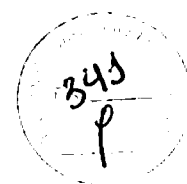
20 – Processo n. 0003158-95.2014.8.14.0070 – ação penal latrocínio (art. 157, §3º, do CPB). Data da prisão em flagrante: 07/06/2014, convertida em preventiva em 08/06/2014. Réus presos provisórios: J. A. C. DE B. e B. R. V. S. Oferecida a denúncia em 16/07/2014, foi recebida em 30/07/2014, com designação da audiência de instrução para 16/09/2014, às 09:40 horas, antes da citação dos réus. A audiência não se realizou na data marcada, em virtude de não ter retornado a carta precatória dirigida ao Juízo da comarca de Santa Izabel para citação dos réus, tendo sido redesignada a audiência para 14/10/2014, às 10:40 horas. Retornou a Precatória em 14/08/2014, sem citação dos réus, que estariam custodiados no Centro de Triagem de Abaetetuba. Apresentada a defesa prévia do réu Bruno em 15/09/2014, através de advogada habilitada. Realizada a instrução em 16/10/2014, às 11:30 horas, foi deliberado por vista às partes para memoriais finais. Juntada perícia de balística em 12/12/2014. Apresentadas alegações finais pelo MP em 19/12/2014 e pelo réu José Augusto Correa de Brito, em 27/03/2015, pendentes alegações finais do réu Bruno Rodrigo, em virtude de a Defensoria Pública ter se manifestado, em 01/07/2015, pela intimação do réu para nomear outro advogado ou para declarar que pretende ser patrocinado pela Defensoria Pública, uma vez que estava com advogada habilitada nos autos. Expedida Carta precatória ao Juízo da comarca de Santa Izabel do Pará, em 23/07/2015, para intimação do réu Bruno Rodrigo. Mantida a prisão dos réus em 24/08/2015, durante o II Mutirão carcerário. Recomendação: NECESSIDADE DE AGILIZAÇÃO URGENTE – data da prisão provisória: 07/06/2014, ou seja, tem mais de 01 (um) ano e 03 (três) meses;

21 – Processo n. 0041165-25.2015.8.14.0070 – ação penal homicídio qualificado tentado (art. 121, §2º, inciso II c/c o art. 14, inciso II e art. 70, do CPB). Preso provisório: J. A. DOS P.. Data da prisão preventiva: 26/06/2015, cumprida a decisão mandado em 29/06/2015. Oferecida a denúncia em 21/07/2015, foi recebida em 29/07/2015. Expedida carta precatória de citação à comarca de Santa Izabel, em 05/08/2015, foi apresentada resposta à acusação pelo réu, em 05/08/2015, através de advogada habilitada. Mantida a prisão cautelar em 24/08/2015, durante o II mutirão carcerário. Designada audiência de instrução para 28/09/2015, às 08:30 horas (despacho datado de 24/08/2015);

22 – Processo n. 0007164-48.2014.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Réu preso provisório: O. DE J. S. J. Data da prisão em flagrante: 25/11/2014, convertida em preventiva na mesma data. Oferecida a denúncia em 19/12/2014, foi recebida em 26/01/2015, com designação de audiência de instrução para 31/03/2015, às 10:15 horas, antes da citação do réu. A audiência não se realizou, em virtude de o réu não ter sido citado, não tendo apresentado defesa preliminar até a data da audiência. Foi redesignada a audiência para 13/05/2015, às 11:40 horas. Não realizada a audiência mais uma vez



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



ante a não devolução da carta precatória de citação do réu expedida ao Juízo da comarca de Ananindeua, tendo sido redesignada para 24/06/2015, às 08:20 horas. O réu foi citado em 23/04/2015 e sua defesa preliminar foi apresentada em audiência. Realizada a oitiva de duas testemunhas em 24/06/2015, ficou designada a continuação da instrução para 29/07/2015, às 09:30 horas, redesignada para 15/09/2015, às 09h40min ante o não comparecimento das testemunhas. Realizada a audiência na data marcada, somente às 11:33 horas, com conclusão da instrução e determinação de vista às partes, para memoriais finais. Recomendação: vista urgente às partes, para memoriais finais e julgamento do feito. Data da prisão: 25/11/2014, ou seja, quase 10 (dez) meses;

23 – Processo n. 0031170-85.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Data da prisão em flagrante: 26/06/2015, convertida em preventiva na mesma data. Preso provisório: J. R. P. B. Oferecida a denúncia em 14/07/2015, foi recebida em 27/07/2015 (juiz Carlos Márcio). Citado o réu em 06/08/2015, ofereceu resposta escrita à acusação em 26/08/2015, através da Defensoria Pública. Designada audiência de instrução e julgamento em 27/08/2015 para o dia 30/09/2015, às 09:00 horas;

24 – Processo n. 0071202-35.2015.8.14.0070 – IPL tentativa de homicídio qualificado (art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II, do CPB). Indiciado: A. C. V. Data da prisão em flagrante: 03/09/2015, convertida em preventiva em 04/09/2015. Falta encaminhar ao MP, para oferecimento de denúncia. Recomendação;

25 – Processo n. 0023190-87.2015.8.14.0070 – ação penal tentativa de homicídio qualificado (art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c o art. 14, inciso II, do CPB). Preso provisório: J. A. DA C. B. Decretada a prisão preventiva em 11/02/2015, mas o réu se encontrava preso preventivamente em por outro crime desde 30/01/2015. Oferecida a denúncia em 07/07/2015, foi recebida em 15/07/2015 (juiz Carlos Márcio). Citado o réu em 28/07/2015, apresentou resposta escrita à acusação em 25/08/2015, através de advogado habilitado. Designada audiência de instrução e julgamento para 29/09/2015, às 11:00 horas (despacho datado de 27/08/2015). Mantida a prisão preventiva em 26/08/2015, durante o II mutirão carcerário;

26 – Processo n. 0077175-68.2015.8.14.0070 – auto de prisão em flagrante homicídio (art. 121 do CPB). Indiciado: R. DOS S. L. Data da prisão em flagrante: 08/09/2015, foi convertida em preventiva em 11/09/2015. Pendente análise do pedido de liberdade provisória pelo MP;

27 – Processo n. 0019189-59.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Preso provisório: R. L. P. Data da prisão em flagrante: 11/06/2015, convertida em preventiva em 12/06/2015. Oferecida a denúncia em 07/07/2015, foi recebida em 15/05/2015 (Juiz

Mônica Madei Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

21



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Carlos Márcio). Citado o réu em 30/07/2015, ofereceu resposta escrita à acusação em 11/08/2015, através da Defensoria Pública. Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 06/10/2015, às 10:40 horas (despacho datado de 21/08/2015). Mantida a prisão em 25/08/2015 durante o II mutirão carcerário;

28 – Processo n. 0007161-59.2015.8.14.0070 – ação penal tentativa de homicídio (art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, do CPB). Réu preso provisório: E. B. R. Data da prisão em flagrante: 25/05/2015, convertida em preventiva na mesma data. Oferecida a denúncia em 07/08/2015, foi recebida em 27/08/2015, pelo juiz titular, com designação da audiência de instrução para 30/09/2015, às 09:30 horas, antes da citação do réu e apresentação. Citado o réu em 16/09/2015, pendente a apresentação de defesa preliminar. Mantida a prisão durante o II mutirão carcerário, em 27/08/2015. Recomendação: certificar sobre apresentação da defesa preliminar, encaminhando à Defensoria Pública, se for o caso antes da realização da audiência;

29 – Processo n. 0001661-80.2013.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Réus: J. M. P. DA S., L. P. DA S., M. P. DA S., M. P. DA S. e Z. P. DA S. Mandado de prisão preventiva expedido em 08/10/2014. Oferecida a denúncia em 24/04/2013, foi recebida em 06/05/2013, pelo juiz titular, com designação da audiência de instrução para 26/11/2013, às 09:00 horas, antes da citação dos réus e apresentação de defesa preliminar. Apresentada defesa preliminar pelos réus em 19/11/2013, através de advogada habilitada (Denilza de Souza Teixeira, OAB/PA 8020). Realizada audiência de instrução em 26/11/2013, às 10:35 horas, realizada parcialmente, com designação da continuação da audiência para 25/02/2014, às 09:45 horas. Realizada a continuação da audiência em 14/05/2015, às 15:09 horas, com determinação de vista às partes para alegações finais. Apresentados memoriais finais pelo MP, em 03/06/2015 e apresentadas alegações finais pela defesa do réu José Miguel (advogada Denilza), em 02/07/2015. Publicada em 15/09/2015 a intimação de intimação da advogada do réu Marivaldo, Elaine Belém Pinheiro, OAB/PA 6382, para alegações finais. Recomendação: agilização na conclusão do feito, pois a prisão provisória data de 08/10/2014, ou seja, mais de 11 (onze) meses e certificar sobre a situação processual dos outros réus;

30 – Processo n. 0006422-23.2014.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por emprego de arma e concurso de pessoas (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Preso provisório: R. R. Q. Data da prisão em flagrante: 31/10/2014, convertida em preventiva, em 02/11/2014. Oferecida a denúncia em 27/11/2014, foi recebida em 03/12/2014, pelo juiz titular, com designação da audiência de instrução para 04/03/2015, às 08:20 horas, antes da citação do réu e apresentação de defesa preliminar. Apresentada defesa preliminar pelo réu em 24/02/2015, através de advogado habilitado. Realizada audiência de instrução em 04/03/2015, às 11:07 horas (apesar de marcada para 08:20 horas), com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

342
7

análise das questões levantadas pela defesa na resposta escrita e oitiva da vítima e de testemunhas. Realizada a continuação da audiência em 04/03/2015, às 12:10 horas, com interrogatório do réu e determinação de vista às partes, para alegações finais. Apresentados memoriais finais pelo MP, em 08/04/2015 (juntados antes do termo da audiência do dia 04/03/2015), e apresentadas alegações finais pela defesa do réu em 10/03/2015. Sentença prolatada em 03/06/2015. Intimadas as partes e o réu pessoalmente que assinou o Termo de Apelação (Provimento 001/2015 CJCI), declarando interesse em recorrer. Pendente apresentação de razões recursais pela defesa. Recomendação nesse sentido;

31 – Processo n. 0002761-70.2013.8.4.0070 – ação penal homicídio qualificado (art. 121, §2º, incisos I e II do CPB). Presos provisórios: M. R. M. e M. R. M. Decretada a prisão preventiva dos réus em 04/04/2013, cumprido o mandado de prisão em 14/11/2014. Oferecida a denúncia em 14/08/2013, foi recebida em 02/09/2013, pelo juiz titular, com designação da audiência de instrução para 28/01/2014, às 09:30 horas. Foi certificado pelo oficial de Justiça, em 09/12/2013 que os réus não foram encontrados para serem citados, por estarem foragidos, entretanto, ainda assim, foi apresentada defesa preliminar em nome dos acusados pela advogada Denilza Teixeira OAB/PA 8020. Realizada audiência de instrução sem a presença dos réus, em 28/01/2014. Em 04/11/2014, foi aberta a audiência e considerando que os acusados não foram citados nem intimados, o juiz titular determinou sua citação por edital. Citado o réu Melquesedeque em 13/12/2014 e citado o réu Miqueias em 15/12/2014. Realizada audiência de instrução e julgamento em 03/03/2015, às 12:35 horas, e foi determinada vista dos autos às partes, para alegações finais. Em 08/04/2015, foram interrogados os réus. Apresentados memoriais finais pelo MP, em 23/04/2015, e habilitado assistente de acusação em 29/04/2015, apresentou memoriais finais em 20/05/2015. Prolatada decisão de pronúncia em 29/06/2015. Recomendação: verificar a designação de Sessão do Júri, pois a prisão ocorreu em 14/11/2014, ou seja, mais de 10 (dez) meses;

32 – Processo n. 0056161-28.2015.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Presa provisória: M. DO L. DOS S. C., vulgo “Ceguinha do Tráfico”. Data da prisão em flagrante: 07/08/2015, convertida em prisão preventiva em 08/08/2015. Oferecida a denúncia em 16/09/2015, pendente de recebimento;

33 – Processo n. 0055162-75.2015.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Preso provisório: M. J. S. C. Data da prisão em flagrante: 08/08/2015, convertida em prisão preventiva em 09/08/2015. Oferecida a denúncia em 16/09/2015, pendente de recebimento;

34 – Processo n. 0057175-47.2015.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Preso provisório: R. R. B, vulgo

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

“GORDINHO”. Data da prisão em flagrante: 12/08/2015, convertida em prisão preventiva em 13/08/2015. Oferecida a denúncia em 16/09/2015, pendente de recebimento;

35 – Processo n. 0064163-84.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado por concurso de pessoas (art. 157, §2º, inciso II, do CPB). Presos provisórios: L. C. DOS P. e E. M. DOS S. Data da prisão em flagrante: 22/08/2015, convertida em prisão preventiva na mesma data. Oferecida a denúncia em 16/09/2015, pendente de recebimento;

36 – Processo n. 0001924-15.2013.8.14.0070 – ação penal estupro de vulnerável (art. 217-A do CPB) e art. 240 do ECA. Preso provisório: J. P. A. Data da prisão preventiva: 07/02/2013. Oferecida a denúncia em 25/09/2015, foi recebida em 22/11/2013 pelo juiz titular com designação da audiência de instrução e julgamento para 06/11/2014, às 11:00 horas, antes da citação do réu e apresentação de defesa. Em virtude de sessões de júri designadas, foi redesignada a audiência para 02/12/2014, às 08:45 hs e depois novamente redesignada para 12/02/2015, às 08:20 horas. Realizou-se a audiência em 08/04/2015, às 11:40 horas. Foi designada a continuação para 11/05/2015, às 08:30 horas. Foram realizadas oitivas em 16/06/2015, às 11:30 horas e em 22/07/2015, às 11:30 horas, ocasião em que foi determinada vista dos autos às partes, para alegações finais. Apresentados memoriais finais pelo MP, em 30/07/2015. Reanalisada a prisão do réu em 27/08/2015, durante o II Mutirão carcerário. Intimado o advogado da defesa através do Diário da Justiça em 11/09/2015, para apresentar alegações finais. Recomendação: agilizar a conclusão do feito, pois a prisão data de 07/02/2013, ou seja, mais de 02 (dois) anos e 07 (sete) meses;

37 – Processo n. 0078166-44.2015.8.14.0070 – IPL roubo qualificado (art. 157, §2º, incisos I e V, do CPB). Indiciado Jefferson Moraes Dias (preso provisório). Data da prisão preventiva: 25/08/2015. Concluído o IPL. Pendente oferecimento da denúncia;

38 – Processo n. 0058186-14.14.2015.8.14.0070 – IPL tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Indiciado J. M. D. (preso provisório). Data da prisão em flagrante: 15/08/2015, convertida em preventiva em 16/08/2015. Concluído o IPL. Pendente o oferecimento da denúncia;

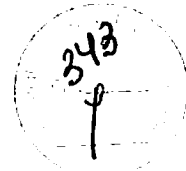
39 – Processo n. 0071167-75.2015.8.14.0070 – IPL ameaça violência doméstica e familiar (art. 147 do CPB c/c o art. 7º, incisos II e V da Lei n. 11.30/2006). Indiciado J. F. DOS S. G. J. Data da prisão em flagrante 31/08/2015, convertida em preventiva na mesma data. Concluído o IPL. Pendente oferecimento da denúncia pelo MP;

40 – Processo n. 0052193-87.2015.8.14.0070 – IPL tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Indiciado: C. A. S. DE S. Data da prisão

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



em flagrante: 04/08/2015, convertida em preventiva em 06/08/2015. Concluído o IPL. Pendente o oferecimento da denúncia;

41 – Processo n. 0071166-90.2015.8.14.0070 – IPL tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Indiciado A. F. L. Data da prisão em flagrante: 30/08/2015, convertida em preventiva na mesma data. Pendente análise do pedido de liberdade, já tendo manifestação do MP. Recomendação: analisar pedido de liberdade provisória encaminhar ao MP, para oferecimento da denúncia;

42 – Processo n. 0072164-58.2015.8.14.0070 – lesão corporal violência doméstica (art. 129, §9º, do CPB c/c o art. 7º, inciso I, da Lei 11.340/2006). Indiciado: R. B. C. Data da prisão em flagrante: 29/08/2015, convertida em preventiva na mesma data. Aplicadas medidas protetivas à vítima em 14/09/2015;

43 – Processo n. 0041161-85.2015.8.14.0070 – ação penal tráfico ilícito de substância entorpecente (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Indiciada J. M. L. Data da prisão em flagrante: 09/07/2015, convertida em preventiva em 10/07/2015. Concedida prisão domiciliar à acusada em 28/08/2015. Oferecida a denúncia em 07/08/2015, foi recebida em 14/09/2015. Pendente citação da ré;

44 – Processo n. 0062180-50.2015.8.14.0070 – IPL furto simples (art. 155 do CPB). Indiciado preso provisório: E. B. B. Data da prisão em flagrante: 23/08/2015, convertida em preventiva em 25/08/2015. Pedido de isenção do pagamento de fiança, pendente de análise. Recomendação: verificar o pedido de isenção do pagamento da fiança. Furto simples – indiciado sem antecedentes criminais;

45 – Processo n. 0074163-46.2015.8.14.0070 – IPL roubo qualificado por concurso de pessoas e corrupção de menores (art. 157, §2º, inciso II, e art. 244-B do CPB). Indiciado L. R. C. Data da prisão em flagrante: 03/09/2015, convertida em preventiva em 04/09/2015. Pendente análise do pedido de liberdade, já tendo manifestação do MP. Recomendação: analisar pedido de liberdade provisória encaminhar ao MP, para oferecimento da denúncia;

46 – Processo n. 0018179-77.2015.8.14.0070 – ação penal roubo qualificado (art. 157, §2º, incisos I e II, do CPB). Réu preso provisório: R. R. S. Data da prisão em flagrante: 08/06/2015, convertida em prisão preventiva em 10/06/2015. Oferecida denúncia em 01/07/2015, foi recebida em 09/07/2015 (juiz Carlos Márcio). Citado o réu em 15/07/2015, apresentou resposta escrita à acusação em 30/07/2015, através da Defensoria Pública. Designada audiência de instrução e julgamento para 16/09/2015, às 11:20 horas. Realizada a instrução na data marcada, com determinação de vista às partes para alegações finais;

47 – Processo n. 0002748-71.2013.8.14.0070 – ação penal homicídio qualificado (art.

25

Mônica Madri Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

121, §2º, incisos I e IV, do CPB). Réus: A. R. L. M. e M. A. DOS S. M. Fato ocorrido em 28/12/2011 no interior do Centro Regional de Recuperação de Abaetetuba. Oferecida a denúncia em 09/02/2012, foi recebida em 15/02/2012, pelo juiz titular, com designação de audiência para 17/04/2012, às 09:40 horas, antes da citação e da apresentação de defesa preliminar. Realizada audiência em 18/04/2012. Apresentada defesa preliminar do réu Marcelo Augusto em 21/05/2012, através de advogada habilitada (Denilza Teixeira). Interrogatórios realizados em 23/03/2012, com determinação de vista dos autos às partes, para alegações finais. Memoriais finais do MP em 14/08/2012 e da defesa dos réus em 05/09/2012. Alegações finais do réu Marcelo Augusto através da advogada Denilza apresentadas em 26/09/2012. Pronúncia prolatada em 16/10/2012. Interposto recurso em sentido estrito pela defesa do réu Arilson Rafael em 04/03/2013, julgado em 29/04/2014, conhecendo do recurso e negando provimento. Acórdão transitou em julgado conforme certidão datada de 12/02/2015. Cumprida a fase do art. 422 do CPP, foi designada sessão do Tribunal do Júri para 23/09/2015, às 08:30 horas;

48 – Processo n. 0000084-67.2013.8.14.0070 – ação penal homicídio qualificado (art. 121, §2º, inciso III, do CPB). Réu preso provisório: D. G. DE L. Expedido o Mandado de prisão preventiva em 07/12/2012. Oferecida a denúncia em 30/01/2013, foi recebida em 06/02/2013, com designação da audiência de instrução e julgamento para 18/04/2013, às 10:20 horas, antes da citação do réu. O acusado apresentou resposta escrita à acusação em 05/03/2013. Audiência realizada em 17/04/2013, às 13:30 horas e em 28/05/2013, às 08:00 horas. Alegações finais do MP em 26/06/2013, e da defesa em 17/09/2013. Decisão de pronúncia em 18/09/2013. Recurso em sentido estrito interposto pela defesa com Acórdão transitado em julgado conforme certificado em 12/02/2015. Pedido de desaforamento pela defesa em 27/01/2015, com remessa ao Relator do TJPA em 12/02/2015. Renúncia dos advogados ao instrumento de procuração, em 02/06/2015 e 21/07/2015. Recomendação: intimar o réu para constituir outro patrono.

Da análise dos processos de réus presos, observou-se que a maioria possui designação de audiência na mesma decisão que recebe a denúncia e em alguns a audiência teve que ser remarcada ante a não citação a tempo do réu o que não permitiu a apresentação da defesa preliminar, tendo que ser expedidos outros mandados de intimação pela Secretaria.

3.5 - RECOMENDAÇÕES À SECRETARIA:

3.5.1 – Realizar mini mutirões para dar baixa no Sistema Libra de Inquiridos Policiais, flagrantes, e pedidos de liberdade provisória já concluídos que estejam com numeração distinta da numeração do processo principal, para evitar a taxa de congestionamento e a discrepância entre o número de processos físicos e o número de processos no sistema Libra, cuja diferença supera 3.500, o que, inclusive, já foi recomendado na Correição realizada em 2013;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



- 3.5.2 – Separar os processos da Meta 02 dos demais, com identificação na capa;
- 3.5.3 – Separar processos por fase processual, para melhorar a organização da Secretaria e facilitar a localização dos feitos, viabilizando célere cumprimento de determinados atos;
- 3.5.4 – Efetuar controle do prazo prescricional na contracapa dos processos (Resolução 35 do CNJ);
- 3.5.5 – Intimar testemunhas no dia da audiência não realizada, para evitar duplicidade de atos com nova expedição de mandados, tanto na Secretaria quanto para os oficiais de Justiça;
- 3.5.6 – Separar processos da violência doméstica e do Tribunal do Júri;
- 3.5.7 – Controle periódico mensal para cobrança de devolução de autos que estejam com o Ministério Público, Defensoria e advogados;
- 3.5.8 – Controle periódico mensal para cobrança de devolução de mandados por oficiais de Justiça;
- 3.5.9 – Cobrança de Inquéritos policiais remetidos para diligências à Delegacia local que não retornaram;
- 3.5.10 – Alimentar os sistemas do CNJ;
- 3.5.11 – Dar ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública, bem como advogado para manifestação sobre cálculo de liquidação da pena, para, em seguida, seja promovida a homologação pelo Magistrado, com ciência do réu;
- 3.5.12 – Juntar aos autos dos processos cópias dos mandados expedidos, para controle e fiscalização do cumprimento;
- 3.5.13 – Intimar o Ministério Público e a Defensoria Pública pessoalmente dos atos processuais, tanto para audiências, como para Júris, com antecedência, bem como das sentenças prolatadas;
- 3.5.14 – Dar prioridade aos processos da Meta 04 do CNJ (crimes contra a Administração Pública) ajuizados até 31/12/2012.

3.6 - RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 3.6.1 – Evitar violação às garantias legais e constitucionais dos réus (previsão dos arts. 396 a 399 do Código de Processo Penal), para que haja tempo para citação e resposta escrita à acusação antes da audiência de instrução e julgamento, que tem sido designada na decisão que recebe a denúncia;
- 3.6.2 – Evitar considerar certidões de oficiais de justiça que certificam terem intimado

Mônica Márcia Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

testemunhas ou réus através de terceiros;

3.6.3 – Como gestor da Vara, verificar a separação dos processos da Meta 02 em Secretaria;

3.6.4 – Cobrar Inquéritos policiais remetidos para diligências à Delegacia local que não retornaram;

3.6.5 – Considerando o número excessivo de audiências marcadas para terça, quarta e quinta (média de 20 ou mais), intimar as testemunhas no mesmo dia sobre a outra data redesignada, quando não realizado o ato processual, para evitar a expedição de novos mandados de intimação, o que aumenta o trabalho da Secretaria e dos Oficiais de Justiça que precisam praticar duas vezes o mesmo ato;

3.6.6 – Orientar a Secretaria para que seja colocado o controle do prazo prescricional na contracapa dos processos (Resolução n. 35 do CNJ);

3.6.7 – Dar prioridade e agilizar a tramitação dos processos da Meta 04 do CNJ (crimes contra a Administração Pública) ajuizados até 31/12/2012;

3.6.8 – Verificar se a Secretaria está providenciando a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria Pública para os atos processuais e para as Sessões do Tribunal do Júri.

4 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL:

Juiz designado: D. A. DE P. B., desde 2009.

O Juizado Especial tem competência cível e criminal e ainda não foi criada a Vara. Ocupa 04 (quatro) salas, uma onde funciona a Secretaria, outra onde funciona o atendimento para atermção, uma para audiências e uma para arquivo.

No período da manhã, a sala destinada à atermção, é ocupada por servidora da Secretaria da 2ª Vara Cível, em virtude do reduzido espaço físico da Secretaria da referida Vara.

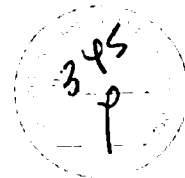
Os processos físicos ficam acondicionados em caixas dentro de armários, separados os cíveis dos criminais (TCO's).

Apesar de as caixas estarem identificadas com os atos processuais a serem cumpridos, os processos estão sendo colocados de forma aleatória nas caixas, e muitos não estão guardados nos locais devidos, havendo processos, por exemplo, na caixa identificada como *aguardando devolução do mandado*, pendente de expedição do mandado ou de certificação pela Secretaria.

Vários processos se encontravam, portanto, em caixas que não correspondem à identificação do ato processual da caixa, sendo necessário realizar uma triagem dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



processos para reorganizá-los.

Na caixa em que consta: aguarda devolução de ofício/AR, havia dois processos guardados, um pendente de certificação e arquivamento, tendo em vista cumprimento do acordo, e outro aguardando o comparecimento pessoal do advogado para informar o CPF para recebimento de valores.

Na caixa identificada como *aguardando prazo decadencial*, estão misturados os processos que aguardam prazo decadencial dos processos com homologação de transação penal que aguardam cumprimento.

Alguns processos aguardam prazo decadencial em virtude de a vítima ter declarado não ter mais interesse no prosseguimento e outros por não terem as partes comparecido à audiência.

Muitos processos se encontram com decurso do prazo decadencial e esperam conclusão para o Magistrado. Nos TCO's cuja numeração consta da relação abaixo, decorreu o prazo decadencial e aguardam conclusão, alguns desde 2013, 2014:

- 1 – 0007007-75.2014.8.14.0070;
- 2– 0003400-54.2014.8.14.0070;
- 3– 0000352-53.2014.8.14.0070;
- 4– 0000357-75.2015.8.14.0070;
- 5– 0000922-39.2015.8.14.0070;
- 6– 0000929-31.2015.8.14.0070;
- 7– 0000447-83.2015.8.14.0070;
- 8– 0006662-12.2014.8.14.0070;
- 9– 0005932-98.2014.8.14.0070;
- 10– 0006847-50.2014.8.14.0070;
- 11– 0000466-83.2015.8.14.0070;
- 12– 0007024-14.2014.8.14.0070;
- 13– 0005161-23.2014.8.14.0070;
- 14– 0005365-67.2014.8.14.0070;
- 15– 0001012-47.2015.8.14.0070.

Os seguintes TCO's aguardam certificação sobre cumprimento de homologação de transação penal:

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

29



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- 1 – 0005885-71.2014.8.14.0070;
- 2 – 0006022-09.2014.8.14.0070;
- 3 – 0006664-79.2014.8.14.0070;
- 4 – 0006165-95.2014.8.14.0070;
- 5 – 0001081-79.2015.8.14.0070.

Pedido de restituição de veículo: 0006172-24.2013.8.14.0070

Na transação penal, a Secretaria mantém uma pasta com os documentos de transferência dos valores às entidades beneficiadas. Os recebidos dos anos anteriores a 2015, não estão organizados de forma uniforme, separados por nome da parte.

Há diversos TCO's não cadastrados no Libra. Somente a partir de maio de 2014 os TCO's passaram a ser cadastrados no Libra, e antes dessa data sequer estão cadastrados no antigo Sistema (SAP).

Há TCO pendente de cumprimento da composição desde 02/2014, não havendo nos autos prova do pagamento as parcelas – 0000897-60.2014.8.14.0070. Recibos não juntados aos autos.

Há 87 processos cíveis físicos, não se encontrando no PROJUDI. Há 66 processos de execução cível do Juizado físicos, alguns tramitando desde 2001.

Há 30 processos da META 02 do CNJ.

Verificou-se que há TCO's pendentes de certificação sobre o cumprimento da transação penal, alguns desde 2009.

De acordo com o Sistema Libra, há 673 processos paralisados há mais de 100 dias.

Há 102 processos com carga ao Ministério Público, sendo que a carga mais antiga data de 28/11/2013.

Atuam 06 (seis) servidores no Juizado, que são da 1ª Vara cível, da 3ª Vara criminal e do Protocolo e há 05 oficiais de Justiça que recebem mandados do Juizado.

As pastas de documentos estão devidamente organizadas.

Com relação às pastas de prestação de contas, a Secretaria não está mantendo uma pasta com todas, e se encontram armazenadas de forma aleatória, tendo sido apresentadas à equipe da Corregedoria somente duas prestações de conta.

O Magistrado fixa a data da audiência (exceto a de conciliação, que o sistema marca automaticamente).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

346
P

Às terças e quintas ocorrem as audiências de conciliação e às quartas, audiências de instrução com sentença.

A pauta de audiência de conciliação está preenchida até novembro de 2015 e a de instrução até setembro de 2016, havendo possibilidade de antecipação para o início de 2016 com a semana da conciliação. Em média são realizadas mais de 10 audiências por dia.

No cível, há 04 a 05 audiências de instrução por dia e 10 a 15 audiências de conciliação.

No criminal, ocorrem, em média, 30 (trinta) audiências por semana.

Não tem sido cumprida a Meta 01 do CNJ (julgamento no ano de número maior de ações do que o número de distribuídas).

Segundo informação extraída do Libra, há 673 processos conclusos há mais de 100 dias.

A Exma. Sra. Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho, Corregedora de Justiça da CJCI RECOMENDOU, por escrito, durante a Correição, à Secretária do Juizado e ao Juiz D. A. que fosse realizado o cadastramento no Sistema Libra dos TCO's e que fosse certificado sobre as transações penais, algumas pendentes desde 2009, concedendo o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias.

Segue, em anexo, planilha, contendo a análise, por amostragem, do andamento processual de 10 processos cíveis do PROJUDI, 10 processos da META 02 do CNJ e de 10 TCO's.

4.1 - RECOMENDAÇÕES À SECRETÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL:

- 1 – Organizar os processos nas pastas por fase processual;
- 2 – Encaminhar os TCO's com prazo decadencial decorrido conclusos ao Magistrado;
- 3 – Certificar o cumprimento das transações penais e encaminhar conclusos os processos ao Magistrado;
- 4 – Cadastrar os TCO's no Libra, conforme já recomendado durante a Correição;
- 5 – Agilizar a tramitação dos feitos da META 02 do CNJ;
- 6 – Efetuar o controle e a cobrança dos processos com carga além do prazo, para o Ministério Público, para advogados e Defensoria, havendo processo com carga para o MP desde 28/11/2013.

4.2 - RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juiz(a) de Direito
Justiça das Comarcas do Interior

31



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- 1 – Acompanhar a organização dos processos do Juizado, na qualidade de gestor da Unidade judiciária;
- 2 – Dar prioridade aos feitos da META 02 do CNJ;
- 3 – Acompanhar o cadastramento dos TCO's físicos no Sistema Libra pela Secretaria;
- 4 – Analisar as transações penais já cumpridas, após certidão da Secretaria;
- 5 – Analisar os TCO's com decurso do prazo decadencial.

5 - DAS RECLAMAÇÕES RECEBIDAS DURANTE A CORREIÇÃO:

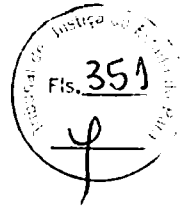
Durante a Correição ordinária realizada por esta Corregedoria de Justiça na Comarca de Abaetetuba, foram formalizadas as reclamações abaixo descritas contra o Juiz D. A. DE P. B., titular da 3ª Vara Criminal da Comarca.

5.1 – Os Promotores de Justiça Frederico Augusto de Moraes Freire, 2º PJ de Abaetetuba, e Regina Luiza Taveira da Silva, da 3ª PJ de Abaetetuba relataram que não são intimados pessoalmente para a prática de atos em processos, tendo esta informado que não recebe sequer a pauta de audiências criminais do Juizado Especial. Informou que a Secretária do Juizado declarou, por ofício, que não está sendo disponibilizada a pauta de audiências porque são marcadas pelo Delegado, e os Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCO's) chegam às vésperas das datas das audiências. A referida Promotora de Justiça ressaltou que não tem conhecimento dos TCO's e que está sendo subtraída do Ministério Público a prerrogativa de conhecimento prévio das audiências. Foi, inclusive, formalizado pedido de providências pela Corregedoria do Ministério Público junto a esta Corregedoria de Justiça a respeito do alegado, protocolado sob o nº 2015.7.002768-7, apensado a estes autos de correição.

Os referidos Promotores de Justiça informaram ainda que não têm conhecimento sobre a aplicação dos recursos em transações penais, nem sobre a prestação de contas desses recursos.

Foi formalizado durante a Correição pedido de providências pelos referidos Promotores de Justiça, subscrito também pelo Promotor de Justiça Márcio Leal Dias, da 4ª Promotoria de Justiça de Abaetetuba, tratando de parte das considerações feitas verbalmente a Exma. Sra. Desembargadora Corregedora (protocolado sob o nº 2015.7.007159-3).

Havia sido formalizada reclamação contra o Juiz da 3ª Vara Criminal antes da Correição ordinária, junto à Direção do Fórum de Abaetetuba, pela Promotora de Justiça Ana Carolina Vilhena Gonçalves, e o Dr. Carlos Márcio de Melo Queiroz, Juiz de Direito diretor do Fórum, entregou em mãos a petição da referida Promotora, através do Ofício nº 532/2015-SF, durante a Correição a Exma. Sra. Desembargadora Corregedora,



6 - VISITA À SALA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA:

Há 09 (nove) Oficiais de Justiça na comarca e 04 (quatro) computadores e 01 (uma) impressora.

Os Oficiais de Justiça informaram muitas vezes lavram certidões em casa.

Há 02 (dois) carros oficiais para realizar conduções coercitivas.

Há 67 ilhas e 143 localidades em Abaetetuba, havendo 80 ramais na área rural.

Três oficiais de Justiça se encontram cadastrados para condução do veículo oficial quando necessário, pois não há motorista.

Não há Central de Mandados na Comarca.

Recebem muitas cartas precatórias para cumprimento no Presídio, o que sobrecarrega os oficiais de Justiça. Igarapé-Miri, Barcarena e Moju sempre expedem precatórias, apesar de serem comarcas contíguas.

Os oficiais de Justiça informaram que as Varas cíveis cumprem o prazo de 40 dias para expedição de mandados previsto no Provimento Conjunto 002/2014-CJRM/CJCI, mas a 3ª Vara Criminal não tem cumprido, expedindo mandados com somente 20 dias de antecedência, sendo que mandados para cumprimento nas ilhas teriam que ter prazo de antecedência maior, pois precisam pedir verba para locomoção (lança).

Informaram que quando passa da hora da audiência, e a testemunha não pode permanecer na 3ª Vara, ao invés de sair intimada para nova data, é expedido mandado de condução coercitiva para os oficiais de justiça cumprirem.

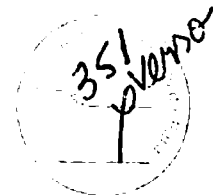
Há ilhas gigantescas, como a do Capim, com 970 hectares.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior

41



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



7 - PROTOCOLO DO FÓRUM DE ABAETETUBA:

Há 02 (dois) servidores auxiliares judiciários lotados no Protocolo.

O horário de funcionamento é de 08:00 horas às 18:00 horas.

É obedecido o prazo de 24 horas para remessa às Secretarias e utilizam o protocolo integrado. Às sextas é realizado o arquivamento das petições que ingressaram na semana.

8 - SETOR DE DISTRIBUIÇÃO:

Há 02 (dois) servidores lotados, sendo 01 (um) analista judiciário da área jurídica e 01 (um) servidor cedido pela Prefeitura Municipal, e há 01 (uma) estagiária.

O horário de funcionamento é de 08:00 horas às 14:00 horas.

Há remessa diária de processos às Secretarias Judiciais. Não há iniciais pendentes de distribuição.

9 - SECRETARIA DO FÓRUM:

Há 03 (três) servidores lotados na Secretaria, sendo uma servidora do TJPA que é a Secretária, um auxiliar operacional cedido pela Prefeitura Municipal e um técnico em Informática.

10 - UNAJ

Há 01 (uma) servidora chefe da Unidade (Portaria nº 0576/2006-GP).

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Há uma servidora analista judiciária com especialidade em Ciências Contábeis que exerce a função de contadora, além do que há 03 (três) servidores cedidos pela Prefeitura Municipal que trabalham com serviços gerais e há 07 (sete) servidores que trabalham na Portaria e na Segurança, entre os quais 01 (um) agente de portaria, 02 (dois) agentes de segurança e 04 (quatro) terceirizados. Há 02 (dois) veículos oficiais e 02 (duas) motocicletas.

12 - REUNIÃO COM A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E O DIRETOR DO FÓRUM DE ABAETETUBA:

Durante a Correição, no dia 18/09/2015, às 10:00 horas, houve reunião da Exma. Sra. Desembargadora Corregedora de Justiça e da Juíza auxiliar da CJCI, Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca, com a equipe multidisciplinar da comarca e com o Diretor do Fórum, Dr. Carlos Márcio, a pedido deste, para tratar da questão de sobrecarga das atividades dos integrantes da equipe.

A equipe multidisciplinar é composta por 02 (dois) assistentes sociais, 02 (dois)

42

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

352
P

pedagogos e 01 (um) psicólogo e não tem vinculação a uma Vara específica, ficando à disposição da Direção do Fórum, atendendo as demandas das Varas de Família, da Infância e Juventude, da Vara de Execução Penal e Violência doméstica e familiar.


A equipe atende também comarcas do Pólo Judiciário, como é o caso das comarcas de Igarapé-Miri e Moju. Na primeira comarca referida, recebem apoio da direção do Fórum para realização dos estudos psicossociais, entretanto, na comarca de Moju, o Juiz titular da Comarca entende que a responsabilidade pela condução e fornecimento de combustível para visitas é do Diretor do Fórum de Abaetetuba.

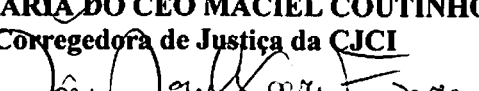
Foram apresentados números de atendimentos. Existem 66 procedimentos que atendem na 1ª Vara Cível, 32 na 2ª Vara Cível e 03 na 3ª Vara. Acompanham depoimento especial tanto nos processos da 3ª Vara que envolvem crime contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes quanto na Comarca de Moju. Os membros da equipe desenvolvem atividades de Justiça Restaurativa junto à 1ª Vara em feitos que envolvem ato infracional.


Ao final da reunião, a desembargadora Corregedora propôs agendamento de reunião no TJE dos Juízes de Abaetetuba com os Juízes do Pólo e a equipe multidisciplinar para definir essas prioridades e a forma de cumprir as atividades, com verificação da possibilidade de se estabelecer Convênio com os Municípios para realização de estudos psicossociais.


É o Relatório.


Belém, 16 de outubro de 2015.



Desa. MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça da CJCI


MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI


CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário da CJCI


JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica da CJCI


MARCÓ ANTÔNIO PEDROSA ARAÚJO
Assessor Jurídico da CJCI


THAIZA MARTINS PEREIRA
Assessora Jurídica da CJCI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

ATA DE ENCERRAMENTO

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 18h00min, no Salão do Júri do Fórum da **Comarca de Abaetetuba**, onde presentes se encontravam a Excelentíssima Senhora Doutora Desembargadora **MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior os Excelentíssimos Senhores Dr. **JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE** e Dra. **MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA**, Juízes Auxiliares da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior (CJCI), os Excelentíssimos Senhores Dr. **LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA**, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba, Dr. **CARLOS MÁRCIO MELO QUEIROZ**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum da Comarca de Abaetetuba, Dr. **DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO**, Juiz de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba, Senhores **CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO**, Auxiliar Judiciário, **JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA**, Assessora Jurídica, **MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO**, Assessor Jurídico, **PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL** e **THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS**, Assessora Jurídica, deu-se por encerrada a Correição Geral Ordinária na referida Comarca, o que, para constar, Eu Marco Antônio Pedrosa de Araújo (Marco Antônio Pedrosa de Araújo), lavrei o presente termo, o qual segue devidamente assinado por mim e demais presentes.

Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI

MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Juíza Auxiliar da CJCI

CARLOS MÁRCIO MELO QUEIROZ
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial e Diretor do Fórum



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

329
P

[Assinatura]
LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA
Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial

DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO
Juiz de Direito Titular da Vara Criminal

[Assinatura]
CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PINHEIRO
Auxiliar Judiciário

[Assinatura]
JACKELINE STEPHANY VILHENA MAIA
Assessora Jurídica

[Assinatura]
MARCO ANTÔNIO PEDROSA DE ARAÚJO
Assessor Jurídico

[Assinatura]
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL
Analista Judiciário

[Assinatura]
THAIZA MARTINS PEREIRA SUANO DE FARIAS
Assessora Jurídica



SIGA-DOC: PA-MEM-2016/11081

Belém, 17.10.2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

PROCESSO Nº 2015.7.003256-1

REQUERENTE: CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR - CJCI

ASSUNTO: CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA COMARCA DE ABAETETUBA

363
0

DECISÃO/OFÍCIO Nº 1269 /2016 – CJCI

Trata-se de **RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA** realizada pela equipe desta Corregedoria de Justiça na Comarca de Abaetetuba entre os dias 16 a 18.09.2015.

Durante a estada na referida Comarca, constataram-se alguns problemas que podem vir a prejudicar o desempenho da atividade jurisdicional na Comarca, conforme abaixo:

- Na 1ª Vara Cível, houve informação de não retorno dos exames de DNA quando solicitados ao setor social deste E. Tribunal, bem como, precariedade dos pontos de rede para internet;
- Na 3ª Vara Criminal, foi constatado sobre a precariedade de espaço físico da Secretaria.

Verificou-se também dificuldades em outros setores, conforme abaixo:

- Não há Central de Mandados, bem como sobrecarga de trabalho da Equipe Multidisciplinar, pois é responsável por atender todo polo judiciário da Abaetetuba.

Com relação à Serventias Extrajudiciais, constaram-se alguns problemas, conforme abaixo:

1º Ofício de Abaetetuba:

- A Divisão de Arrecadação Extrajudicial informou que a serventia não vem remetendo os recibos referentes à prestação de contas obrigatórias;

Handwritten signature



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- Pendências de envio do balanço ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de comprovantes de despesas, recolhimento da taxa de fiscalização, de recolhimento da taxa de FRC e quase 2.000 (dois mil) selos de segurança não declarados.

2º Ofício de Abaetetuba:

- Não há encaminhamento da Declaração de Operações Imobiliárias – DOI à Receita Federal;
- Mais de 47.000 (quarenta e sete mil) selos de segurança não declarados.

3º Ofício de Abaetetuba:

- Ausência de acessibilidade;
- Não há recolhimento da taxa de fiscalização;
- Mais de 92.000 (noventa e dois mil) selos de segurança não declarados.

Cartório de Registro Civil da Vila de Beja:

- Não há envio de balanços ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nem envio dos comprovantes de despesas;
- Mais de 2.000 (dois mil) selos de segurança não declarados.

Cartório de Registro Civil do Rio Mahuba:

- Não há envio de balanços ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nem envio dos comprovantes de despesas;
- Mais de 1.000 (mil) selos de segurança não declarados.

Cartório do Distrito Colônia Dr. João Miranda:

- Não há encaminhamento da Declaração de Operações Imobiliárias – DOI à Receita Federal;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA

Processos conclusos para sentença	13	00
Processos conclusos para despacho	67	00
Sentenças prolatadas no último ano civil (inclusive acordos e transações homologados)	426	257
Sentenças prolatadas no ano em curso (inclusive acordos e transações homologados)	291	85
Total de Audiências designadas no último ano	1.000	390
Total de Audiências designadas no ano em curso	1.100	229
Total de Audiências realizadas no último ano	675	x
Total de Audiências realizadas no ano em curso	772	110
Índice de produtividade do Juízo no último ano civil (divisão do número de sentenças proferidas pelo número de processos distribuídos no período)	0,9	0,85
Índice de produtividade do Juízo no ano em curso (divisão do número de sentenças proferidas pelo número de processos distribuídos no período)	0,63	0,28

12 - Correições Anteriores

12.1- Identificar data da última correição realizada e seu responsável:

30/09/2013 ou 04/10/2013 – Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra

12.2- Existem registros de recomendações na última correição realizada no Juízo?

SIM NÃO

12.3- Em caso afirmativo as recomendações registradas foram cumpridas?

SIM NÃO

13 - Observações:



7	Qual o número total de processos que se encontram na fase de cumprimento do título executivo?	67 (físico)) + 53 (PROJ UDI) = 120	00
---	---	--	----

6 – A sentença tem sido prolatada nas audiências?

- () Frequentemente
(x) Eventualmente
() Raramente

Obs: ser for audiência de instrução, já é prolatada a sentença.

7 – Qual a periodicidade de realização de Leilão?

- () Por período
() Por quantidade de Processos
(X) Outro (necessidade)

OBS: Nunca foi realizado leilão.

8 – Em ordem crescente aponte os meios utilizados para intimação?

- (1) Correios
(2) e-mail
() Telefone
() Fax
(1) Oficial de Justiça
(2) Sistema PROJUDI

OBS: Pelo próprio sistema PROJUDI, em regra, são feitas as intimações. O Oficial de Justiça faz diligências de intimação tanto no cível quanto no criminal.

9 – Estatísticas

	Cível	Criminal
Total de processos constantes do sistema informatizado	1.131	829
Total dos processos em andamento conferidos manualmente (físicos)	40	447
Total dos processos que ingressaram no último ano	473	301
Total de Processos que ingressaram no ano em curso	459	297
Total de processos fora da Secretaria/gabinete	x	55



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA

OBS: há processos físicos nos feitos criminais e cíveis, o protocolo é executado pelo servidor Francisco Luís Trindade.

2 – Onde são registradas as petições, reclamações e pedidos em geral?

- Livro
 Sistema (Libra: TCO/Projudi: Reclamação cíveis)
 Livro e Sistema
 Outro

Observações CJCI: Somente os TCO'S protocolados a partir de Maio de 2015 que estão cadastrados no sistema Libra, os anteriores não estão cadastrados em nenhum sistema.

3- As atermações são realizadas diariamente?

- SIM NÃO

São realizadas na terça, quarta e quinta. Todas realizadas pela servidora Maria de Nazaré Costa de Andrade, quando ela não está os demais servidores revezam.

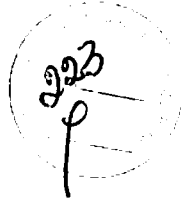
4- Existe limite diário para redução a termo dos pleitos formulados oralmente?

- SIM NÃO

Justificar: De 03 a 04 por dia.

5- Estatísticas:

		Cível	Criminal
1	Quantas sessões conciliatórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	611	00
2	Quantas audiências instrutórias foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	422	01
3	Quantas audiências unas foram realizadas nos últimos 12 meses anteriores a correição?	x	x
4	Quantos processos foram encerrados por conciliação na fase preliminar?	79	x
5	Qual o número total de processos na fase instrutória nesta data?	135	01
6	Qual o número total de processos na fase julgamento nesta data?	26	00



JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: 15 ÀS 18:00

JUIZ: DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO (Juiz Titular da 3ª Vara Criminal), TITULAR DO JUIZADO DESDE 2009.

JUÍZES QUE ATUARAM (RESPONDERAM) NOS ÚLTIMOS ANOS

ANO	JUIZ	PERÍODO
2010	ANÚZIA DIAS DA COSTA	01 a 21/07/2010
	CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	22 a 31/07/2010
2011	CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	16/06 a 18/08/2011
2012		

SERVIDORES DO JUIZADO

SECRETÁRIA:

Maria Luisa Pinheiro Soares, Auxiliar Judiciário (Gabinete da 3ª Vara Criminal)

AUXILIARES DE SECRETARIA:

1. Ana Maria Dias Rodrigues (Secretaria da 3ª Vara Criminal)
2. Maria Nilzareth da Silva Costa (Secretaria da 1ª Vara Cível)
3. Maria de Nazaré Costa de Andrade (Protocolo)
4. Francisco Luis Trindade (Secretaria da 1ª Vara Cível)
5. José Edilson Melo Oleastre (Secretaria da 3ª Vara Criminal)

OFICIAIS DE JUSTIÇA:

1. Clelivaldo Araújo da Silva
2. Marcelo Alencar da Silva
3. Valdo Miguel Matos Lobato
4. Waldo Pinto Pinheiro
5. Waldimir Pureza de Carvalho

1- O protocolo de petições, inclusive as iniciais, é feito:

- () pelo setor de atermações
() Por qualquer funcionário da secretaria
(x) por um funcionário especialmente designado
() outro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA

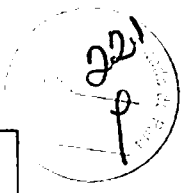


14.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
14.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 55		
14.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
CLELIVALDO ARAUJO DA SILVA	06	03/02/2014
VALDO MIGUEL MATOS LOBATO	16	05/03/2014
WALDIMIR PUREZA DE CARVALHO	34	04/12/2013
WALDO PINTO PINHEIRO	05	15/05/2015
14.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: eventualmente.		
14.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
14.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	102	28/11/2013
14.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	00	x
14.7.3 ADVOGADO	00	x
14.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: eventualmente.		
15 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
Não foram apresentadas considerações.		
16 CONSIDERAÇÕES DO JUIZ:		
Não foram apresentadas considerações.		

Abaetetuba, 18/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA



10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou antecipação de tutela: 00
12 PRECATÓRIAS
12.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 00
12.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 01
12.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 00
12.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: A Cobrança é feita de forma eventual.
13 PETIÇÕES:
13.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
13.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00
13.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00
13.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 00
13.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: x Observações CJCI: A Secretaria não soube precisar tal número, pois muitos feitos se encontram com petições juntadas, mas estão armazenados de forma aleatória na Secretaria, demandando que os processos sejam analisados um a um.
13.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 55
14 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
14.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: Observações CJCI: A Secretaria não soube precisar tal número, pois muitos feitos se encontram com armazenados de forma aleatória na Secretaria, demandando que os processos sejam analisados um a um. No Libra constam 673 processos paralisados há mais de 100 dias.
14.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: Observações CJCI: A Secretaria não soube precisar tal número, pois muitos feitos se encontram com armazenados de forma aleatória na Secretaria, demandando que os processos sejam analisados um a um. No Libra constam 673 processos paralisados há mais de 100 dias.
14.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00 Observações CJCI: É necessário que seja feita uma triagem dos feitos na secretaria, pois muitos processos estão prontos para a conclusão mas armazenados de forma aleatória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA

220
1

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2014	774	683
2015	756	376
Observações CJCI: O dado de 2015 não condiz com o que consta no relatório das metas do TJPA, o qual acusa número inferior ao informado, conforme a seguir:	359	180

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:
() Sim (x) Não
Justificar:

Observações CJCI: A Secretaria não identifica as prioridades ou classes de ações, somente divide cível de penal.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:
(1) INICIAIS;
(1) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
(1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
(4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
(3) IDOSO;
(3) POR ORDEM CRONOLÓGICA
(3) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
(4) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?
() Sim () Não
Justificar: Prejudicado.

10. INDICADORES CÍVEIS/CRIMINAIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):
Acervo da meta: 169
Alvo: 169
Julgados até 2014: 139
Julgados 2015 (até 30/07/2015): 00
Total de Julgados: 139
Pendentes: 30
Necessidade de julgamento para atingir a meta: 30
Porcentagem de cumprimento: 82,25%
Meta não cumprida

Observações CJCI: O número de processos incluído nesta meta é maior do que aquele constante no Portal das Metas deste Tribunal, tendo em vista que os TCO'S anteriores à maio de 2014 não foram incluídos no sistema, de modo que constam tão somente os processos cíveis incluídos na meta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA

219
R

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL	
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA: 2015: Sentença: 4 Despacho: 1 Interlocutória: 5 Audiência: 5	
Observações CJCI: o número de atos judiciais é maior do que este, tendo em vista que os TCO'S anteriores à maio de 2014 não foram incluídos no sistema e os feitos cíveis tramitam pelo sistema PRODUDI.	
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	Prejudicado
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	Prejudicado
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	Prejudicado
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prejudicado
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	Prejudicado
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DE MAIS)	
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012)	
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	Prejudicado
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	Prejudicado
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	Prejudicado
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	
EXECUÇÃO PENAL	Prejudicado
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META 02/2015)	
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	00
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	00
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	00
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FISICA	
Feitos com Tramitação Externa	
Contagem Física + Tramitação externa	
ACERVO LÍBRA – ACERVO ATIVO	
9. INDICADORES GERAIS	
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (x) Sim () Não Justificar:	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA



Justificar: Face as constantes instabilidades do SISTEMA, o que gera um acúmulo muito grande das atividades, vez que todos os atos processuais dependem do bom funcionamento da internet.

6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):

Na sala atermação: 01

Na Secretaria: 02

Na sala de audiência: 01

Que atendem as necessidades do Juizado.

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA e PROJUDI

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): jeabaetetuba@tjpa.jus.br

Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? A Secretaria e os demais servidores.

Com que frequência? Diariamente.

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar: Só estão cadastrados no Libra os processos de Maio de 2014 em diante, pois a Secretaria foi orientada a não cadastrar os anteriores ao Libra.

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar: Justificar: A Secretaria é responsável por cadastrar, juntamente com o auxílio de outro servidor – Sr. Edilson.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (X) Não

Justificar:

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Não é feita publicação no DJe.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA



5. José Edilson Melo Oleastre (Secretaria da 3ª Vara Criminal)

OFICIAIS DE JUSTIÇA:

1. Cleivaldo Araújo da Silva
2. Marcelo Alencar da Silva
3. Valdo Miguel Matos Lobato
4. Waldo Pinto Pinheiro
5. Waldimir Pureza de Carvalho

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – (QUE ATUA NA VARA):

JUIZADO O PROMOTOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO LOPES MAURÍCIO ESTÁ CUMULANDO AS 1ª E 2ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BARCARENA, EM RAZÃO DAS FÉRIAS DO PROMOTOR DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO.

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Vide informação constante no formulário da Secretaria do Fórum.

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Vide informação constante no formulário da Secretaria do Fórum.

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL (QUE ATUAM NA VARA): Vide informação constante no formulário da Secretaria do Fórum.

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Vide informação constante no formulário da Secretaria do Fórum.

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Vide informação constante no formulário da Secretaria do Fórum.

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS: PREJUDICADO

6.1.1 FROTA: PREJUDICADO

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar: PREJUDICADO

6.2 INFORMÁTICA:

Observações CICI:

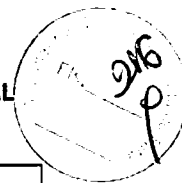
Na Secretaria há 04 computadores, todos conectados à rede de internet; 01 impressora multifuncional; 01 scanner. Necessita-se urgentemente de pelo menos mais um scanner, pois é muito utilizado.

6.2.1 ACESSO À INTERNET:

() Bom (X) Regular () Ruim



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA



2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: PREJUDICADO		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO (Juiz Titular da 3ª Vara Criminal), DESIGNADO PARA ATUAR NO JUIZADO DESDE 2009.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: ANÚZIA DIAS DA COSTA 01 a 21/07/2010 CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ 22 a 31/07/2010 CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ 16/06 a 18/08/2011		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: 01 a 21/07/2010; 22 a 31/07/2010; 16/06 a 18/08/2011		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com a 3ª Vara Criminal.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES: Não houve.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Não houve.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
ANÚZIA DIAS DA COSTA	01/07/2010	21/07/2010
CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	22/07/2010	31/07/2010
CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	16/06/2011	18/08/2011
4. QUADRO FUNCIONAL (Incluindo estagiários e conciliadores):		
SECRETÁRIA: Maria Luisa Pinheiro Soares, Auxiliar Judiciário (Gabinete da 3ª Vara Criminal)		
AUXILIARES DE SECRETARIA: 1. Ana Maria Dias Rodrigues (Secretaria da 3ª Vara Criminal) 2. Maria Nilzareth da Silva Costa (Secretaria da 1ª Vara Cível) 3. Maria de Nazaré Costa de Andrade (Protocolo) 4. Francisco Luis Trindade (Secretaria da 1ª Vara Cível)		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
DA COMARCA DE ABAETETUBA

215
P

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ABAETETUBA
EDITAL Nº 002/2015
PERÍODO: 16 a 18 de Setembro de 2015.
Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Desembargadora Corregedora: MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA
1.2 COMPETÊNCIA: Cível e Criminal
1.3 MAGISTRADO (A): DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO (titular da 3ª Vara Criminal)
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: JUIZ DESIGNADO
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 2009
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: AV. D. PEDRO II, N.º 1177
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio.
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: O Juizado Especial ocupa 04 salas, uma onde funciona a Secretaria, outra onde funciona o atendimento para atermção, outra onde são realizadas as audiências, e uma destinada ao arquivo.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

SENTENÇA?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

18 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

A Secretaria Judicial encontra-se precisando de um espaço físico maior para funcionar, haja vista atualmente o espaço ser pequeno para os servidores trabalharem e circularem no referido ambiente, necessitando de urgente ampliação. Também se houvesse a possibilidade de contratação de mais um estagiário do nível médio, isso ajudaria ainda mais a agilidade nos serviços da serventia judicial, no tocante aos serviços de recebimento, baixa, autuação, correspondência, alimentação no sistema Libra, numeração de autos e demais expedientes de menor complexidade que impedem um melhor andamento das atividades. A Secretaria enfrenta sérias dificuldades em relação ao uso do sistema LIBRA, referente a emissão de relatórios e a própria inoperância do mesmo, devido a problemas com a internet. A equipe de trabalho desta Secretaria é bastante unida e empenhada na realização de suas funções. A falta de material, mais precisamente papel, atualmente está prejudicando os trabalhos a serem feitos na secretaria, haja vista, que o Setor de almoxarifado do tribunal, não está fornecendo o necessário para tal finalidade.

19 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

A Vara cumula execução penal e visita a Delegacia e Presídio e a atual precariedade das instalações dos prédios das carceragens dificulta o trabalho e expõe o preso a situação degradante. O semiaberto não oferta emprego aos presos para facilitar a ressocialização. Ausência de equipamento para gravar o depoimento sem dano. A pauta do Juizado Especial está razoável, mas precisamos de espaço específico para funcionar e o espaço da Secretaria da 3 Vara é pequeno, necessita urgente de ampliação. No tocante a OAB e Defensoria não há maiores entraves com tratamento cortês, amigável e cooperativo. Quanto ao MP nos últimos meses enfrente problemas com alguns membros em face de divergência pessoal, o que está refletindo na audiência, pois, está havendo embaraço ao andamento do processo ou dificuldades de solução de questões banais, em face de que o membro do MP dificuldade, obstaculiza ou retarda o desenrolar da audiência, seja por lentidão, seja por animosidade. No tocante a polícia local temos bom relacionamento, bem como com servidores do Presídio e parte da população local, tais como médicos, padres, pastores, comerciantes, etc. Enfatizo que o representante da Defensoria Pública não realiza visita carcerária, o que é alvo de muitas cobranças pelos detentos.

Abaetetuba, 21/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

132
p

NO DO CNJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
16.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Não há local adequado para guardar armas, entretanto as mesmas são encaminhados ao exército através do setor competente do TJE-PA.		
16.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
16.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
VER LISTAGEM EM ANEXO		
16.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Atualmente sim. O último recolhimento foi realizado no mês de março/2015. A comunicação para esse recolhimento é feito previamente pelo setor de controle de armas com a comarca.		
16.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Não possui arquivo específico, em decorrência da escassez de dependências no prédio.		
17 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
17.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
17.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
17.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar:		
17.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim (Responsável: Carla Cristina Cabral Alves) <input type="checkbox"/> Não		
17.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:		
17.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA		

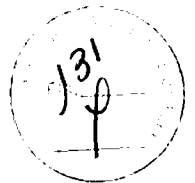


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

14.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 160		
14.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 127		
15 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
15.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 98 (3.943) – Sistema Libra.		
15.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 272		
15.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 06		
15.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00		
15.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 338		
15.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Aletéia Patricia Pacheco de Barros	26	05.02.2015
Cleivaldo Araújo da Silva	49	23.08.2015
Marcelo Alencar da Silva	18	18.08.2015
Mauro Osvaldo Oliveira Pereira	37	13.08.2015
Michela Dantas do Nascimento	0	*
Orivaldo Bararuá Solano	48	11.08.2015
Valdo Miguel Matos Lobato	67	08.02.2014
Waldo Pinto Pinheiro	35	08.10.2014
Waldimir Pureza de Carvalho	31	31.08.2015
15.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: O Controle é feito através do sistema e a cobrança é realizada através de ofício.		
15.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
15.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	206	13.11.2014
15.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	291	28.10.2010
15.7.3 ADVOGADO	38	21.02.2013
15.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: A cobrança é realizada através de ofício publicado no Diário de Justiça aos Advogados e à Defensoria Pública é extraída uma listagem de processos a qual é encaminhada através de ofício solicitando a devolução dos autos.		
16 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJG E Nº 04/2014-CJC)		
16.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



Justificar: 02 Pedidos de progressão de regime, aguardando diligências (Exames Criminológicos).
11.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (x) Sim () Não Justificar: Existe a fiscalização mediante comparecimento mensal dos apenados para assinar a caderneta perante a secretaria.
11.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim – Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba (CRRAb) e Central de Triagem (CTAb)
11.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não
11.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Sim. A visita carcerária do magistrado é feita mensalmente no Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba – CRRAB e na Central de Triagem, situada na Delegacia de Polícia local. A última inspeção foi realizada nos referidos estabelecimentos em 03/09/2015.
11.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
12 PRECATÓRIAS
12.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 51
12.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 119
12.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não Justificar: Através de ofícios e e-mails encaminhados ao Juízo Deprecado e pelo Sistema LIBRA.
13 INQUÉRITOS POLICIAIS
13.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 14
13.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 118
13.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 402
14 PETIÇÕES
14.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 32
14.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 32
14.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 29
14.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 1.868

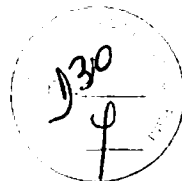


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acervo da meta: 1.492 Alvo: 1.194 Julgados 2014: 472 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 63 Total de Julgados: 535 Pendentes: 957 Necessidade de julgamento para atingir a meta: 659 Porcentagem de cumprimento: 35,86% Meta não cumprida
10.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 209
10.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 97
10.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: 46,41% () Sim (x) Não Justificar:
10.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (x) Sim () Não Justificar:
10.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (x) Sim () Não Justificar:
10.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009: TOTAL - 21
10.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: TOTAL – 35 ANO 2013 - 12 ANO 2014 - 13 ANO 2015 - 10
11 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
11.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (x) Não Justificar: As guias de recolhimento são expedidas após a ciência das partes.
11.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (x) Não Justificar:
11.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? (x) Sim () Não



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
 ABAETETUBA



9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(x) Sim () Não

Justificar: Os processos de réus presos são identificados com tarja e fita vermelha; Os processos de abuso sexual e do idoso com etiqueta padrão fornecida pelo TJE; Os processos de execução penal com tarja vermelha para o regime fechado, tarja azul e vermelha para o regime semiaberto, tarja preta para os réus foragidos, os processos de METAS são identificados com etiquetas adesivas na capa de autuação.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

- (1) INICIAIS;
- (6) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
- (4) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
- (8) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS;
- (5) IDOSO;
- (1) RÉU PRESO;
- (3) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
- (2) ALVARÁ DE SOLTURA;
- (9) POR ORDEM CRONOLÓGICA
- (7) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
- (8) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	x	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	x	
BACENJUD	Prejudicado	Prejudicado
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prejudicado	Prejudicado
INFOJUD	x	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	x	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	x	
INFOSEG		x
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	Prejudicado	Prejudicado
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	Prejudicado	Prejudicado
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	Prejudicado	Prejudicado
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	Prejudicado	Prejudicado
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	x	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

(x) Sim () Não

Justificar:

10. INDICADORES CRIMINAIS:

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA? (x) Sim () Não Justificar: A Secretaria realiza a baixa/arquivamento dos processos, porém, o número reduzido de pessoal acaba prejudicando a eficiência da referida tarefa.		
7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA? Este procedimento é realizado diariamente através de consulta no Diário da Justiça.		
8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL		
8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA: 2013: 3.297 2014: 3.522 2015: 2.531		
8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA		QUANTIDADE
CRIMINAIS		
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)		340
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012		21
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER		255
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI		78
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)		Prejudicado
EXECUÇÃO PENAL		647
PENAS (EXCLUÍDOS OS DEMAIS)		535
CARTAS PRECATORIAS		
PRECATORIAS CÍVEIS		Prejudicado
PRECATORIAS CRIMINAIS		28
PRECATORIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE		Prejudicado
TOTAL – QUANTIDADE IDENTICA A CONTAGEM FISICA		3.904
Feitos com Tramitação Externa		1.287
Contagem Física + Tramitação externa		3.041
ACERVO LIBRA		6.574
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (x) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1481	276
2013	1630	222
2014	1734	268
2015 (até Julho)	322	242



<p>6.2.1 ACESSO Á INTERNET: <input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Serviço de internet muito lento, oscilações, queda de link com indisponibilidade de sistema que em determinados momentos, superam 3 dias.</p>
<p>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 04 pontos de rede. A quantidade de pontos de rede é suficiente, considerando as dimensões da sala.</p>
<p>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA</p>
<p>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 3crimabaetetuba@tjpa.jus.br O responsável por verificar o e-mail é a Diretora de Secretaria e demais servidores atuantes na Secretaria Judicial, os quais realizam esta rotina diariamente.</p>
<p>7. SECRETARIA JUDICIAL</p>
<p>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Os documentos e pastas se encontram em boas condições.</p>
<p>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Na medida do possível essas medidas são adotadas, tendo em vista a escassez de espaço físico e, por conseguinte falta de local (armários e outras dependências) adequado para que se possa ter uma localização eficaz dos processos.</p>
<p>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Devido a falta de espaço adequado para alocar os processos e falta de servidores para realização e alimentação no sistema, bem como os processos terem uma movimentação diária, como remessa ao Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, conclusão ao magistrado. Somente é feita a tramitação interna de processos suspensos pelo prazo prescricional e suspensão condicional.</p>
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:</p>
<p>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Considerando que constantemente há mudanças nos procedimentos adotados nos Sistemas do Tribunal, como o próprio sistema LIBRA.</p>
<p>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: O cadastro é realizado pelos servidores lotados no Gabinete da Vara Criminal</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

Cargo: AUXILIAR NA VARA CRIMINAL Ato de nomeação: * Ato de lotação: *
4.3. OUTROS SETORES: NÃO POSSUI Nome: Cargo: Ato de nomeação: Ato de lotação:
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 2012/2015 PROMOTORES ATUANTES NA VARA CRIMINAL: - GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA – Titular Promotor Criminal, cumula atualmente a Comarca de Igarapé-Miri Período – 19/07/2012 - ANA CAROLINA VILHENA GONÇALVES – Titular Promotora Criminal, atualmente respondendo pela Promotoria da Comarca de Baião, em razão de fruição de férias da titular. Período – 23/06/2014
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim – Juizado Especial Único
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: 2014/2015 - ANA ALICE CALDAS FIGUEIREDO – Titular. Atuante na Vara Criminal, atualmente encontra-se de licença maternidade. - DANIELLE SANTOS MAUÉS CARVALHO – Titular, atuante na Vara Criminal desta Comarca.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim – Juizado Especial Único
6. APOIO A ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS: SIM. CARROS E MOTOS DISPONÍVEIS PARA TODAS AS VARAS.
6.1.1 FROTA: 02 CARROS – Uma ranger e um pálio 02 MOTOS CG TITAN
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim (x) Não Justificar: Não atende satisfatoriamente as necessidades, tendo em vista que a Unidade Judiciária não dispõe de motorista e atualmente o carro marca pálio, encontra-se com defeito (problemas de bateria).
6.2 INFORMÁTICA: A Unidade Judiciária dispõe de apoio de um técnico em informática que realiza instalação e manutenção dos equipamentos. Quanto ao sistema LIBRA, os serviços são feitos somente pelos técnicos do Setor de informática do Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

128
10

Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO/SECRETÁRIA DE GABINETE

Ato de nomeação: Portaria Nº. 0775/1991 - GP

Ato de lotação: Portaria Nº. 06/1991 - DF

Nome: TAIANY KETLYN DA SILVA MEDEIROS

Cargo: ASSESSORA JURÍDICA

Ato de nomeação: Portaria Nº. 1044/2015 - GP

Ato de lotação: ----

Nome: EDERSON MACEDO SIMÕES

Cargo: ESTAGIÁRIO DE DIREITO

Ato de nomeação: *

Ato de lotação: *

4.2 SECRETARIA:

Nome: ANA MARIA DIAS RODRIGUES

Cargo: DIRETORA DE SECRETARIA/ANALISTA JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: Portaria Nº. 0992/1994 - GP

Ato de lotação: Portaria Nº. 16/1994 - DF

Nome: RODRIGO RODRIGUES LOBATO

Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: Portaria Nº. 03307/2012 - GP

Ato de lotação: Portaria Nº. 091/2012

Nome: MARIO ANTONIO MATA QUARESMA

Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: Portaria Nº. 002215/2013 - GP

Ato de lotação: Portaria Nº. 024/2013 - DF

Nome: JOÃO CARLOS LIMA MOURÃO

Cargo: ATENDENTE JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: Portaria Nº. 9954/1994 - GP

Ato de lotação: *

Nome: JOSE EDILSON MELO OLEASTRE

Cargo: ATENDENTE JUDICIÁRIO

Ato de nomeação: Portaria Nº. 01106/2008 - GP

Ato de lotação: Portaria Nº. 028/2008 - DF

Nome: ANTONIA VITÓRIA FARIAS DIAS

Cargo: ESTAGIÁRIA DE NÍVEL MÉDIO

Ato de nomeação: *

Ato de lotação: *

CEDIDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL:

Nome: ORCILENE FERREIRA DOS SANTOS

Cargo: AUXILIAR DA EXECUÇÃO PENAL

Ato de nomeação: *

Ato de lotação: *

Nome: MARCELO SILVA DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

com o TJE/PA.		
2.8 ACESSIBILIDADE: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar: Existe o acesso de entrada para pessoas com deficiência física.		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: O Juiz Titular reside atualmente em casa alugada, em vista da casa oficial dos magistrados na Comarca está abandonada.		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 2009 – PORTARIA 067/2009 -SJ		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Só quando o Juiz Titular está de férias ou de licença.		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Prejudicada.		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: O Magistrado Titular da Vara Criminal também responde pelo Juizado Especial Único Cível e Criminal da Comarca.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Sim. Em todos os mutirões determinados pelo TJE/PA e Corregedoria, e os quais são designados na Comarca pelo magistrado, ou seja, Mutirão Carcerário de réus presos provisórios e de condenados, Semana do Tribunal do Júri, Semana de audiências de violência doméstica realizadas no prédio do Fórum e em outras localidades, quando necessário. E outras atividades que o magistrado também realizada junto à comunidade, como sendo, a divulgação da Cartilha “Inocência roubada”, que se trata dos crimes de abuso sexual contra criança e adolescente e o Projeto “Conquistando a liberdade” que refere-se aos apenados que desempenham atividades laborarias fora da casa penal, como limpeza, pintura e pequenos consertos nas escolas municipais, ruas e apresentação do artesanato fabricado pelos mesmos, em período de festividades no município.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL: Relacionar e descrever: Na Vara Criminal atualmente as audiências realizadas, são gravadas mediante recurso audiovisual.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 - DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO	31.08.2009	ATUANTE
02 - CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZ	01.07.2015	30.07.2015
03 - ENGUELLYS TORRES DE LUCENA	02.02.2015	03.03.2015
04 – FLAVIA OLIVEIRA DO ROSÁRIO CARNEIRO	15.05.2014	29.05.2014
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE: VARA CRIMINAL		
Nome: MARIA LUISA PINHEIRO SOARES		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

127
JP

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ABAETETUBA
EDITAL Nº 002/2015
PERÍODO: 16 a 18 de Setembro de 2015.
Juiz Corregedor: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Desembargadora Corregedora: MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA CRIMINAL
1.2 COMPETÊNCIA: TRIBUNAL DO JURI, JUÍZO SINGULAR, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EXECUÇÃO PENAL.
1.3 MAGISTRADO (A): DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 31/08/2009
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: AVENIDA D. PEDRO II, Nº. 1177 - AVIAÇÃO
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: A Secretaria Judicial funciona em duas salas separadas, sendo que em uma das salas, ficam somente os processos relacionados à Execução Penal (VEP).
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: () Boas (x) Regulares () Ruins Justificar: Apresenta estrutura regular, pois apesar de estar em boas condições, apresenta um espaço reduzido para comportar os servidores.
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (x) Boas () Regulares () Ruins Justificar: A limpeza é realizada por servidores cedidos da Prefeitura Municipal.
2.6 MOBILIÁRIO: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: (x) Boa () Regular () Ruim Justificar: A segurança do prédio do Fórum, é feita atualmente por uma Firma de Vigilância conveniada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



15.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim Não

CARLA CRISTINA CABRAL RAMOS

15.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim Não

Justificar:

15.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

Sim Não

Justificar:

16 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

As dificuldades enfrentadas diariamente pela Secretaria se referem principalmente: i. às frequentes instabilidades no serviço da internet, que impossibilita o acesso ao Sistema LIBRA e prejudica não só o atendimento ao público, como também à prática de todos os atos processuais (juntada, tramitações, cadastro de documentos, distribuição de mandados, etc.); ii. à inadequada dimensão e layout da Secretaria impossibilita uma racional disposição de móveis, equipamentos e servidores, e, uma vez que a área de atendimento ao público é delimitada apenas por um balcão, os servidores não dispõem de um ambiente adequado e reservado para que possam realizar suas atividades e assim dar impulso e cumprimento aos processos; iii. o número insuficiente de servidores (02 servidoras do Tribunal de Justiça e 03 servidores cedidos da Prefeitura) para atender à demanda de trabalho; iv. a inexistência de uma Central de Mandados, que implica no acréscimo de uma atividade a ser feita pela secretaria, gerando ainda um constante movimento de Oficiais de Justiça no pequeno espaço da Secretaria.

Sugerimos ainda que: i. após a intimação da parte para o recolhimento de custas finais e decorrido o prazo de trinta (30) dias sem pagamento, a responsabilidade pela inscrição na Dívida Ativa seja da Unidade de Arrecadação, a fim de que os esforços da secretaria sejam direcionados para o impulso aos processos que ainda se encontram em tramitação em vista dos provimentos jurisdicionais; ii. seja criada e instalada a Central de Mandados a fim de centralizar a distribuição de mandados aos Oficiais de Justiça da Comarca e de otimizar os trabalhos das secretarias judiciais; iii. Seja nomeado servidor em substituição à servidora aposentada Angela Maria da Costa Correa.

17 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

A secretaria do Juízo de Direito da 2ª. Vara Cível da Comarca de Abaetetuba necessita, assim como as demais secretarias desta unidade judiciária, de um espaço físico mais adequado ao volume de processos, número de servidores e máquinas, cumprindo vincar que há mais de dois anos um representante do setor de engenharia e arquitetura do TJPA esteve na Comarca promovendo estudo e proposta de reforma com ampliação dos espaços, estando o projeto pendente de execução. A secretaria necessita ainda de reposição em seu quadro de servidores, uma vez que em 10.04.2014 ocorreu a aposentadoria da senhora Ângela Maria da Costa Correa, não havendo até aqui sido recomposto o quadro.

No mais, os servidores que atuam na secretaria da vara são dignos de reconhecimento do empenho que tem emprestado ao seu trabalho, diariamente, nos últimos sete anos. Não houve, neste período, qualquer denúncia de prática viciosa por qualquer servidor ali lotado.

Abaetetuba, 17/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



13.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle: Mediante informação sistema libra

Cobrança: Verbalmente e por Ofício

Observações CJCI: Periodicamente a Secretaria realiza a cobrança destes processos, pelo DJe, verbalmente e por ofício.

14 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

14.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

14.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

14.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

14.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: Prejudicado, não há bens apreendidos.

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES

14.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

14.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

() Sim () Não

Justificar: Prejudicado

15 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

15.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

(X) Sim () Não

15.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

(X) Sim () Não

Justificar:

15.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

(X) Sim () Não

Justificar:



99
 P

12.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 235

13 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

13.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 164 (vinte e oito)

Observações CJCI: No libra constam 1.301 processos sem movimentação há mais de 100 dias.

13.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 264 (duzentos e sessenta e quatro)

13.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00 (zero)

13.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00 (zero)

13.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 369 (trezentos e sessenta e nove)

13.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ALETEIA PATRÍCIA PACHECO DE BARROS	22	20/07/2015
CLELIVALDO ARAUJO DA SILVA	23	22/07/2015
MICHELA DANTAS NASCIMENTO STEFFEN	00	-----
MAURO OSVALDO DE OLIVEIRA PEREIRA	20	19/08/2015
MARCELO ALENCAR DA SILVA	14	20/07/2015
ORIVALDO BARARUA SOLANO	37	25/03/2015
VALDO MIGUEL MATOS LOBATO	61	12/02/2015
WALDIMIR PUREZA DE CARVALHO	22	12/08/2015
WALDO PINTO PINHEIRO	37	25/03/2015

13.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar: Como é feito o controle: MEDIANTE INFORMAÇÃO SISTEMA LIBRA

Cobrança: VERBALMENTE e ATRAVÉS DE OFÍCIO.

13.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
13.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	79	10/07/2015
13.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	127	03/11/2003
13.7.3 ADVOGADO	13	15/07/2014

Observação Secretaria: A carga de processo com data mais antiga se refere a autos de procedimento administrativo de alegação de paternidade tramitados à Defensoria Pública. Observe-se que se trata de tramitação feita em 2003, quando o Sistema de Gestão de Processos utilizado era o Gol, seguindo-se a este o Sistema SAP e, após, o Sistema LIBRA. A atual Diretora de Secretaria foi investida efetivamente no cargo somente em outubro de 2010; detectando cargas de processo em aberto, providenciou a cobrança dos autos à Defensoria Pública por meio de ofício, tendo sido devolvidos, porém o processo em apreço não foi encontrado naquele órgão. Ressalte-se ainda que os procedimentos de alegação de paternidade à época, não tendo sido obtido o reconhecimento da paternidade, eram enviados à Defensoria Pública para ajuizamento da Ação de Investigação de Paternidade. De modo que não se tem como atestar se os autos não foram devolvidos ou se não se deu a necessária baixa, gerando uma inconsistência a ser depurada no Sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

98
P

Julgados até 2014: 655 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 64 Total de Julgados: 719 Pendentes: 452 Necessidade de julgamento para atingir a meta: 218 Porcentagem de cumprimento: 61,40% Meta não cumprida
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado.
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Prejudicado. Não há processos incluídos nesta meta.
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou antecipação de tutela: Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação: 06 (seis) Data da conclusão mais antiga: 03/08/2015 Na Secretaria: 03 iniciais com pedido de liminar. Total: 09. Observações CJCI: identificou-se 03 iniciais na Secretaria contendo pedido liminar pendente de conclusão. Ou seja, são 09 no total.
11 PRECATÓRIAS
11.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 64 (sessenta e quatro)
11.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
11.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 65 (sessenta e cinco)
11.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? O controle é feito mediante ofícios encaminhados às comarcas e a cobrança é realizada via e-mail. Observações CJCI: A Secretaria mantém os processos que aguardam devolução de CP em um mesmo espaço na Secretaria, os quais estão separados por ano, a cobrança é feita esporadicamente, de acordo com a cobrança das partes e do Juiz. Se os processos estivessem com os fitilhos identificando as prioridades, a Secretaria poderia manter um controle rígido dos processos que gozam de prioridade.
12 PETIÇÕES:
12.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
12.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 08
12.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 27
12.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 126
12.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 42



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



2014	704	624
2015 (até Julho)	386	298
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (x) Sim () Não Justificar:		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (6) INICIAIS; (5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (7) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS: (3) IDOSO; (2) AÇÕES DE ALIMENTOS; (4) POR ORDEM CRONOLÓGICA (4) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (7) OUTRO OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO		X
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		X
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: PREJUDICADO, o controle é feito pela Secretaria do Fórum.		
10 INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acervo da meta: 1.171 Alvo: 937		

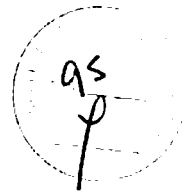


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA

96
P

-Marcadas: 22
-Não realizadas: 1
-Realizadas: 280
-Remarcadas: 40
Total: 343

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA		QUANTIDADE
CÍVEIS		
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)		1.143
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012		Prejudicado
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL		Prejudicado
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)		Prejudicado
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		Prejudicado
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)		Prejudicado
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DEMAIS)		2.292
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL		Prejudicado
SITUAÇÃO DE RISCO		Prejudicado
TUTELA		Prejudicado
GUARDA		155
ADOÇÃO		Prejudicado
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS		Prejudicado
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS		64
PRECATÓRIAS CRIMINAIS		Prejudicado
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE		Prejudicado
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA A CONTAGEM FISICA		3.654
Feltos com Tramitação Externa		610
Contagem Física + Tramitação externa		4.264
ACERVO LIBRA – ACERVO ATIVO		3.447
9 INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CICI, NA INTERNET: (x) Sim () Não Justificar:		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	953	541
2013	953	730



7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

Sim Não

Justificar:

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

Sim Não

Justificar: São cadastrados e acompanhados pelos servidores lotados no gabinete

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

Sim Não

Justificar:

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Em geral, semanalmente, exceto quanto se trata de ato urgente.

Observações CICI: A Secretaria está fazendo a publicação através da ferramenta do Libra que inclui documento por documento a ser publicado. A forma de publicação que reunia a resenha do dia estava demandando mais tempo da Secretaria, pois muitos despachos não constavam na relação enviada pelo Libra.

8 QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2013: 1.947

DECISÃO: 544

DESPACHOS: 16

SENTENÇAS: 624

AUDIÊNCIAS:

-Marcadas: 230

-Não realizadas: 70

-Realizadas: 415

-Remarcadas: 48

Total: 763

TOTAL GERAL 2014: 4.033

DECISÃO: 544

DESPACHOS: 2.057

SENTENÇAS: 730

AUDIÊNCIAS:

-Marcadas: 315

-Não realizadas: 3

-Realizadas: 313

-Remarcadas: 71

Total: 702

TOTAL GERAL 2015 (ATÉ 17/09/2015): 2.747

DECISÃO: 449

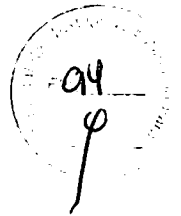
DESPACHOS: 1.489

SENTENÇAS: 466

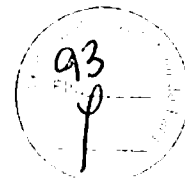
AUDIÊNCIAS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



6.1 VEÍCULOS: Prejudicado.
6.1.1 FROTA: Prejudicado.
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado.
6.2 INFORMÁTICA: Observações CICI: Na Secretaria há 06 computadores, todos conectados à rede de internet. 01 dos computadores permanece na sala do Juizado; 01 impressora multifuncional; 01 impressora zebra; 02 scanners.
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar: Face as constantes instabilidades do SISTEMA, o que gera um acúmulo muito grande das atividades, vez que todos os atos processuais dependem do bom funcionamento da internet.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): Quantidade: 05 Tal quantidade é considerada suficiente? SIM Justificar: Compatível ao número de computadores e servidores
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2civelabaetetuba@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? DIRETORA e sua SUBSTITUTA NATURAL Com que frequência? DIARIAMENTE
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Todos os processos são tramitados internamente e externamente. Também se procede com a devida baixa da tramitação no sistema.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL? (X) Sim () Não Justificar:



<p>Cargo: Atendente Judiciário Órgão de Origem: Prefeitura Municipal de Abaetetuba Instrumento de Cessão: Portaria n.º 15/92 – 14.02.1992</p> <p>LEILIANE BAIA DA COSTA Cargo: Estagiária de nível médio</p>
<p>4.3. OUTROS SETORES: Prejudicado</p>
<p>5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA</p>
<p>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – (QUE ATUA NA VARA)</p> <p>DR. FREDERICO AUGUSTO DE MORAIS FREIRE – 2ª PROMOTORIA PROMOTOR CIVIL E DAS GARANTIAS DO DIREITOS CONSTITUCIONAIS/PROMOTOR ELEITORAL PERÍODO DE EXERCÍCIO:</p> <p>DRA. REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA – 3ª PROMOTORIA PROMOTORA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DAS GARANTIAS DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DO IDOSO. PERÍODO DE EXERCÍCIO:</p> <p>DR. MÁRCIO LEAL DIAS – 4ª PROMOTORIA PROMOTOR CIVIL E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA/NESTE MÊS SUBSTITUI DR. AIRES (COMARCA DE MOJU), QUE SE ENCONTRA EM PERÍODO DE FRUIÇÃO DE FÉRIAS. PERÍODO DE EXERCÍCIO:</p>
<p>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titulares.</p>
<p>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? DR. MÁRCIO LEAL DIAS – 4ª PROMOTORIA PROMOTOR CIVIL E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA/NESTE MÊS SUBSTITUI DR. AIRES (COMARCA DE MOJU), QUE SE ENCONTRA EM PERÍODO DE FRUIÇÃO DE FÉRIAS.</p>
<p>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL (QUE ATUAM NA VARA)</p> <p>BRENDA MONTEIRO DA COSTA – TITULAR DE ABAETETUBA</p> <p>ANA LAURA MACEDO SÁ – TITULAR DE CAPANEMA</p> <p>WALBERT PANTOJA DE BRITO – RESPONDENDO</p>
<p>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Vide informação acima.</p> <p>BRENDA MONTEIRO DA COSTA – TITULAR DE ABAETETUBA</p>
<p>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? SIM, ANA LAURA MACEDO SÁ – TITULAR DE CAPANEMA e o WALBERT PANTOJA DE BRITO que responde por outras unidades não informadas pela Defensoria Pública.</p>
<p>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICCIONAL</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



herdeiros e a folha em que está a manifestação da Fazenda Pública.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	07 04 2008	X.X.X.X.X.
DEOMAR ALEXANDRE DE PINHOR BARROSO	12 05 2011	13 05 2011
CAIO MARCO BERARDO	01 06 2011	30 06 2011
EMILIA DE NAZARE P. E SILVA DE MEDEIROS	14 12 2012	05 02 2012
RAFAELA DE JESUS MENDES DE MORAES	15 07 2013	13 08 2013
FLÁVIA DO ROSÁRIO OLIVEIRA CARNEIRO	07 01 2014	05 02 2014
LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA	04 05 2015	02 06 2015

4. QUADRO FUNCIONAL (Incluindo estagiários e condiladores):

4.1 GABINETE:

Nome: FABIANE SOLANO PEREIRA
Cargo: ASSESSORA JURÍDICA, exclusivamente comissionado
Ato de nomeação: 01 de Julho de 2012

Nome: ALUISIO OMAR ARAUJO DA COSTA
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO – enquadrado, com formação em direito.
Ato de nomeação:

4.2 SECRETARIA:

Nome: IVANETE SILVA DE VILHENA
Cargo: Analista Judiciário – Especialidade Administração (enquadramento), exercendo a função de Diretora de Secretaria.
Ato de nomeação: Portaria 0994/94 GP – 22.11.2004
Ato de lotação: Portaria 23 DF/1994

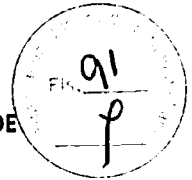
Nome: DELMA DO SOCORRO VALENTE RIBEIRO
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO – Área Direito
Ato de nomeação: 1244/2006 – GP
Ato de lotação: 007/2013-DF

Servidores Cedidos por outros órgãos

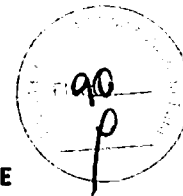
DILCE DO SOCORRO FERREIRA DIAS
Cargo: Agente Administrativo
Órgão de Origem: Prefeitura Municipal de Abaetetuba
Instrumento de Cessão: Ofício nº 11/2009 – 17 02 2009

ERICK LOPES BITTENCOURT
Agente Fiscal
Órgão de Origem: Prefeitura Municipal de Abaetetuba
Instrumento de Cessão: 01/2007 – DRH/PMA, datado de 03/01/2007
Ato de lotação: Portaria: 007/2008 – DF fgc

SANDRA DE NAZARÉ BARBOSA DA COSTA.



2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:														
2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:														
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:														
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: PREJUDICADO														
3. MAGISTRADOS														
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ, desde 07/04/2008.														
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: <table><tr><td>ANUZIA DIAS COSTA</td><td>01.06.2010 a 30.06.2010</td></tr><tr><td>DEOMAR ALEXANDRE DE PINHOR BARROSO</td><td>12.05.2011 a 13.05.2011</td></tr><tr><td>CAIO MARCO BERARDO</td><td>01.06.2011 a 30.06.2011</td></tr><tr><td>EMILIA DE NAZARE P. E SILVA DE MEDEIROS</td><td>14.12.2012 a 05.02.2012</td></tr><tr><td>RAFAELA DE JESUS MENDES DE MORAES</td><td>15.07.2013 a 13.08.2013</td></tr><tr><td>FLÁVIA DO ROSÁRIO OLIVEIRA CARNEIRO</td><td>07.01.2014 a 05.02.2014</td></tr><tr><td>LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA</td><td>04.05.2015 a 02.06.2015</td></tr></table>	ANUZIA DIAS COSTA	01.06.2010 a 30.06.2010	DEOMAR ALEXANDRE DE PINHOR BARROSO	12.05.2011 a 13.05.2011	CAIO MARCO BERARDO	01.06.2011 a 30.06.2011	EMILIA DE NAZARE P. E SILVA DE MEDEIROS	14.12.2012 a 05.02.2012	RAFAELA DE JESUS MENDES DE MORAES	15.07.2013 a 13.08.2013	FLÁVIA DO ROSÁRIO OLIVEIRA CARNEIRO	07.01.2014 a 05.02.2014	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA	04.05.2015 a 02.06.2015
ANUZIA DIAS COSTA	01.06.2010 a 30.06.2010													
DEOMAR ALEXANDRE DE PINHOR BARROSO	12.05.2011 a 13.05.2011													
CAIO MARCO BERARDO	01.06.2011 a 30.06.2011													
EMILIA DE NAZARE P. E SILVA DE MEDEIROS	14.12.2012 a 05.02.2012													
RAFAELA DE JESUS MENDES DE MORAES	15.07.2013 a 13.08.2013													
FLÁVIA DO ROSÁRIO OLIVEIRA CARNEIRO	07.01.2014 a 05.02.2014													
LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA	04.05.2015 a 02.06.2015													
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Maio de 2014 – MUTIRÃO NA COMARCA DE CAPITÃO POÇO Julho de 2014 – MUTIRÃO NA COMARCA CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA Férias não possui um período fixo.														
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Diretor do Fórum.														
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Maio de 2014 – MUTIRÃO NA COMARCA DE CAPITÃO POÇO Julho de 2014 – MUTIRÃO NA COMARCA CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA														
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: A Secretaria realizou uma espécie de legenda para os processos de inventário, que devem ser afixadas na contracapa do processo, na qual é indicada a folha em que estão a inicial, o despacho inicial, o termo de compromisso, as primeiras declarações, a citação inicial; além de indicar o nome dos														



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ABAETETUBA

EDITAL Nº 002/2015

PERÍODO: 16 a 18 de Setembro de 2015

Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA

Desembargadora Corregedora: MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ABAETETUBA

1.2 COMPETÊNCIA: Privativa de Registros Públicos e Falência; por distribuição Cível, Comércio e Família.

1.3 MAGISTRADO (A): CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: JUIZ TITULAR

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Início 07/04/2008 até os dias atuais.

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO: AV. D. PEDRO II, N.º 1177

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio.

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

É DISPONIBILIZADA UMA SALA PARA AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL, SENDO QUE DEVIDO AO REDUZIDO ESPAÇO FÍSICO, FOI CEDIDO PELA DIREÇÃO DO FÓRUM (DURANTE O EXPEDIENTE NORMAL), UMA SALA NO ANEXO DO JUIZADO ESPECIAL, PARA ATENDIMENTO AO PÚBLICO, ALÉM DE UMA SALA A QUAL SERVE COMO ARQUIVO.

Observações CJCI: No total a 2ª Vara ocupa 03 salas, onde funciona a Secretaria, o Gabinete e o Arquivo. A Secretaria utiliza ainda, durante o período da manhã, uma sala do Juizado Especial, local onde são realizados atendimentos ao público e ficam armazenados os processos que retornam do Gabinete. Tal fato decorre do reduzido espaço físico da Secretaria.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

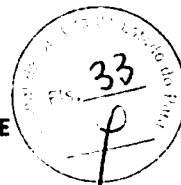
(X) Boas () Regulares () Ruins

Justificar:

2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

(X) Boas () Regulares () Ruins

Justificar:



colocariam fim aos problemas, mas com certeza amenizariam bastante.

Dentre as maiores dificuldades encontradas por nós estão: Espaço físico inadequado (reduzido), a insuficiência de computadores, mesas e armários, sinal de internet insatisfatório, tendo em vista as frequentes quedas de conexão, a insuficiência de servidores frente às necessidades das demandas as quais acumulamos em caráter privativo, tais como: Infância, Fazenda Pública, Execução Fiscal, órfãos ausentes e Interditos, demandas estas que requerem um acompanhamento assíduo e porque não exaustivo, necessários para uma resposta eficaz e satisfatória aos jurisdicionados, cumulando também de forma concorrente com feitos cíveis e família. Todos estes fatores aliados ao grande número de processos em tramitação tem ocasionado acúmulo de atos processuais pendentes de cumprimento, o que vem causando prejuízos aos jurisdicionados, os quais clamam diariamente por maior celeridade em suas demandas.

A partir dos pontos acima elencados, queremos destacar algumas sugestões a serem analisadas por essa Corregedoria, as quais acreditamos veementemente que irão contribuir para uma melhor prestação jurisdicional:

- Criação de uma vara privativa da infância;
- Criação de uma Central de Mandados para esta Comarca;
- Lotação de mais servidores nesta Secretaria;
- Ampliação e adequação do espaço físico;
- Em caráter de Urgência, a realização de um Mutirão para auxiliar no cumprimento dos atos judiciais desta Secretaria, totalizando hoje uma demanda de 1.183 processos aguardando providências.

18 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Considerando o elevado número de processos, assim como o ingresso elevado de iniciais e ainda a cumulação e competência como: Infância, Interditos, Fazenda, Execução Fiscal, e por distribuição Família e Cíveis. Necessita-se de um número maior de servidores em secretaria, a criação de vara privativa da infância/Juventude/Interditos para maior celeridade dos processos envolvendo tais matérias.

Abaetetuba, 16/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



15.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: Prejudicado. Não há		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
15.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim (X) Não Justificar:		
15.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar:		
16 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
16.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
16.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
16.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? (X) Sim () Não Justificar: Existem valores depositados, cujos dados referentes ao nome das partes e número de processo não estão identificados.		
16.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não CARLA CRISTINA CABRAL ALVES		
16.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:		
16.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? () Sim (X) Não Justificar: A cobrança é realizada eventualmente.		
17 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:		
Exma. Sra. Des. Corregedora das Comarcas do Interior Maria do Céu Maciel Coutinho, aproveitando o ensejo desta correição queremos reportar a V. Exa. não tão somente aos entraves que nos deparamos no dia a dia e que vêm prejudicando consideravelmente o andamento das demandas pertencentes ao acervo desta Secretaria, mas também, apontar soluções que a princípio não		



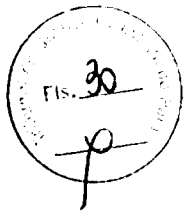
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



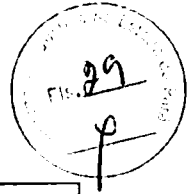
14.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 522. Total de processos conclusos: 733		
14.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 211		
14.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
ALETÉIA PATRÍCIA PACHECO	26	20/08/2015
CLELIVALDO SILVA	28	12/08/2015
MAURO PEREIRA	22	20/08/2015
MARCELO ALENCAR	16	20/08/2015
MICHELA NASCIMENTO	00	00
ORIVALDO BARARUÁ	46	13/08/2015
VALDO MATOS	43	03/03/2015
WALDO PINTO	11	13/03/2015
WALDIMIR CARVALHO	22	05/08/2015
14.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Como é feito o controle/cobrança? Inicialmente de forma verbal, e através de notificação.		
14.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
14.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	70	03/01/2002
14.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	99	22/10/2014
14.7.3 ADVOGADO	14	25/10/2001
14.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? A cobrança é realizada eventualmente. Observação Secretária: Até a presente data, esta Secretária não registra a manifestação de nenhuma das partes envolvidas nos processos de nº 0000053-36.1997.814.0070 (BUSCA E APREENSÃO – AO MP), 0001811-60.2001.814.0070 (ALVARÁ JUDICIAL – A DP) e 0000013-84.1999.814.0070 (ATO INFRAACIONAL -ADVOGADOS), os quais encontram-se com carga mais antiga em aberto, conforme sistema Libra.		
15 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
15.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? () Sim () Não Justificar: Prejudicado. Atualmente não há.		
15.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? () Sim (X) Não Justificar: São guardados no arquivo da Vara junto com os processos.		
15.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (x) Sim () Não Justificar: É certificado.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



11.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim. Conselho Tutelar, Espaço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - EAECA, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, Pastoral do Menor e Pastoral da Criança.
12 PRECATÓRIAS
12.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 94 cartas na contagem física.
12.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado .
12.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 83
12.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Considerando o grande acúmulo de serviços nesta Secretaria, não conseguimos realizar o controle/cobrança das cartas expedidas dentro do prazo legal, assim, a cobrança é realizada eventualmente, quando as partes comparecem em Cartório.
13 PETIÇÕES:
13.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00
13.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 97
13.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 129 Observações CJCI: 32 iniciais no gabinete e 97 na Secretaria, no total há 129 iniciais pendentes de apreciação, em razão do elevado número de processos distribuídos todo mês na Vara, só no mês de Julho foram distribuídos 182 iniciais.
13.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 287
13.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 287
13.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: Prejudicado.
14 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA
14.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 851 Observações CJCI: No libra constam 1.886 processos sem movimentação há mais de 100 dias.
14.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 744
14.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 97 iniciais.



Meta não cumprida
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim.
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Acervo da meta: 19 Alvo: 19 Julgados 2014: 4 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 2 Total de Julgados: 6 Pendentes: 13 Necessidade de julgamento para atingir a meta: 13 Porcentagem de cumprimento: 31,58% Meta não cumprida
10.4 PENDÊNCIAS APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: 42 pendentes de apreciação. Observações CJCI: Na Secretaria foram identificadas 97 iniciais, dentre as quais, 49 continham pedido liminar. No Gabinete constavam 32 iniciais, das quais 10 com pedido liminar/tutela antecipada. Portanto, no total há 42 pedidos liminares pendentes de apreciação.
11. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
11.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado, em razão das Medidas Socioeducativas de Internação Definitiva serem executadas pelo Juízo da Capital.
11.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 01 ADOLESCENTE
11.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00
11.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (X) Não Justificar:
11.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 13 ADOLESCENTES
11.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (X) Não Justificar: As medidas socioeducativas são executadas pelo CREAS.
11.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não
11.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado.



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
 ABAETETUBA



(x) Sim () Não
 Justificar:

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:
 (05) INICIAIS;
 (10) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ
 (02) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;
 (07) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:
 (04) IDOSO;
 (01) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;
 (06) AÇÕES DE ALIMENTOS;
 (03) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;
 (08) POR ORDEM CRONOLÓGICA
 (09) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;
 (11) OUTRO

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD	Prejudicado	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	Prejudicado	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	Prejudicado	
INFOSEG		
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)		

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?
 () Sim (X) Não
 Justificar: Não há registro na Vara.

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):
 Acervo da meta: 1.307
 Alvo: 1.046
 Julgados 2014: 666
 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 122
 Total de Julgados: 788
 Pendentes: 519
 Necessidade de julgamento para atingir a meta: 258
 Porcentagem de cumprimento: 60,29%



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
 RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
 ABAETETUBA



CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	473 PROCESSOS
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	14 PROCESSOS
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	665 PROCESSOS
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	11 PROCESSOS
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	12 PROCESSOS
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	Prejudicado
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DEMAIS)	1.599 PROCESSOS
INFÂNCIA E JUVENTUDE	572
ATO INFRACIONAL	219
SITUAÇÃO DE RISCO	29
TUTELA	09
GUARDA	149
ADOÇÃO	38
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	68
OUTROS (AUTO DE INFRAÇÃO, ALVARÁ, SUSPENSÃO PODER FAMILIAR, BUSCA E APREENSÃO)	60
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	83
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	Prejudicado
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	11
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA A CONTAGEM FÍSICA	3.440
Faltos com Tramitação Externa:	416 (neste item constam mais 45 feitos, os quais se encontram pendentes de arquivamento)
Contagem Física + Tramitação externa	3.856
ACERVO LIBRA	4.508

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:
 (x) Sim () Não
 Justificar:

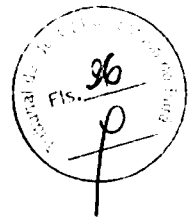
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	1.128	723
2013	1.313	1.156
2014	1.024	890
2015	470	516

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



Justificar: Os processos finalizados são arquivados ao final de cada mês.

Observações CICI: A equipe a Corregedoria solicitou que fosse feito um levantamento de quantos processos estão pendentes de baixa/arquivamento. Tais processos estão aguardando apenas a certificação do trânsito em julgado, mas assim que é certificado o trânsito, é remetido ao arquivo e procedido com a devida baixa no sistema.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Uma vez por semana

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICCIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL 2013: 3.470

Sentença: 617

Despacho: 1.630

Decisão interlocutória: 380

Audiências :

-Marcadas: 305

-Realizadas: 492

-Remarcadas: 33

-Não realizadas: 03

-Total geral: 833

TOTAL 2014: 3.858

Sentença: 633

Despacho: 1.685

Decisão interlocutória: 606

Audiências :

-Marcadas: 293

-Realizadas: 584

-Remarcadas: 16

-Não realizadas: 41

-Total geral: 934

TOTAL 2015: 4.705

Sentença: 894

Despacho: 2.687

Decisão interlocutória: 410

Audiências :

-Marcadas: 127 - 570

-Realizadas: 534

-Remarcadas: 49

-Não realizadas: 04

-Total geral: 714

Observações CICI: O gabinete sempre utiliza, no cadastramento dos atos judiciais no libra, a ferramenta que possibilita a identificação do tipo decisão que está sendo cadastrada.

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA

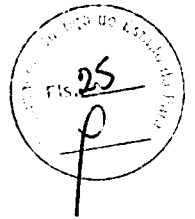
QUANTIDADE

CIVEIS

2.774



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



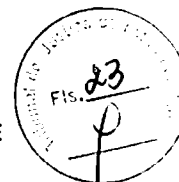
<p>() Bom () Regular (X) Ruim</p> <p>Justificar: A queda de conexão frequente prejudica o atendimento ao público e os procedimentos desta Secretaria.</p>
<p>6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE):</p> <p>03 pontos de rede. Os pontos existentes são insuficientes para o número de servidores existentes na Secretaria.</p> <p>Observações CJCI:</p> <p>Secretaria: 03 pontos de rede, mas são distribuídos a todos os 05 computadores. A Diretora de Secretaria conecta o notebook pessoal no wi-fi, mas funciona de forma precária.</p> <p>Gabinete: 04 pontos de rede, que estão atendendo a necessidade.</p>
<p>6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra</p>
<p>6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1civelabaetetuba@tjpa.jus.br</p> <p>Servidores responsável por verificar: Marilza Nunes da Silva e Maria Elisiana F. Rodrigues.</p> <p>Com que frequência: Diariamente.</p>
<p>7. SECRETARIA JUDICIAL</p>
<p>7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?</p> <p>(x) Bom () Regular () Ruim</p> <p>Justificar:</p>
<p>7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar:</p>
<p>7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar: Tanto a Secretaria como o Gabinete realização tramitação interna.</p>
<p>7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar:</p>
<p>7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?</p> <p>(x) Sim () Não</p> <p>Justificar:</p>
<p>7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?</p> <p>(X) Sim () Não</p> <p>Justificar:</p>
<p>7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?</p> <p>(X) Sim () Não</p>



<p>Cargo: ESTAGIÁRIO DE NÍVEL MÉDIO</p> <p>Observações CJCI: Na Secretaria há 06 servidores e 01 estagiário. No gabinete 02 servidores e 01 estagiário. Nenhum dos servidores da Secretaria têm formação jurídica. Não há estagiário de direito em razão de não existir faculdade no município.</p>
<p>5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA</p>
<p>5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: DR. FREDERICO AUGUSTO DE MORAES FREIRE (2º PJ) – 18/02/2013 DR. GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA (1º PJ) – 19/07/2012 DRA. REGINA TAVEIRAS DA SILVA (3º PJ) – 18/02/2013</p>
<p>5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Todos titulares.</p>
<p>5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Vide informação fornecida pela Secretaria do Fórum no Formulário de Correição.</p>
<p>5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Vide informação fornecida pela Secretaria do Fórum no Formulário de Correição.</p>
<p>5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Vide informação fornecida pela Secretaria do Fórum no Formulário de Correição.</p>
<p>5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Vide informação fornecida pela Secretaria do Fórum no Formulário de Correição.</p>
<p>6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL</p>
<p>6.1 VEÍCULOS</p>
<p>6.1.1 FROTA: Vide informação fornecida pela Secretaria do Fórum no Formulário de Correição.</p>
<p>6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Vide informação fornecida pela Secretaria do Fórum no Formulário de Correição.</p>
<p>6.2 INFORMÁTICA: Secretaria: 05 computadores, a Diretora de Secretaria utiliza notebook pessoal para trabalhar. O estagiário não possui computador. 01 impressora multifuncional 01 impressora zebra 02 escâneres Gabinete: 04 computadores, mas um serve tão somente para digitar no word em razão de não funcionar o Libra. Às vezes o Juiz usa o notebook pessoal. 01 para a assessora, 01 para o analista e 01 para as audiências. Há carência de tomadas, pois só há uma tomada funcionando na sala de audiências, o que ocasiona a queima do no break.</p>
<p>6.2.1 ACESSO Á INTERNET:</p>



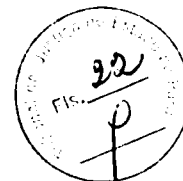
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



DR. DEOMAR ALEXANDRE DE P. BARROSO	ANO 2011	
DR. CAIO MARCO BERARDO	ANO 2011	
DR. FRANCISCO DANIEL B. ALCANTARA	ANO 2011	
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):		
4.1 GABINETE:		
<p>Nome: ELIZABETH PEREIRA GONÇALVES Cargo: ASSESORA DE JUIZ, exclusivamente comissionado. Ato de nomeação: Portaria nº 2444/2012-GP Ato de lotação: Portaria nº 0232/2015-GP</p> <p>Nome: SILVIO TIAGO AMORAS SILVA Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO – Especialidade Direito Ato de nomeação: Portaria nº 0104/2012-GP Ato de lotação: Portaria nº 019/2012-DF</p> <p>Nome: BÁRBARA ALMEIDA MATOS Cargo: ESTAGIÁRIA DE NÍVEL MÉDIO</p>		
4.2 SECRETARIA:		
<p>Nome: MARILZA NUNES DA SILVA Cargo: Analista Judiciário (Especialidade Administração) exercendo a função de DIRETORA DE SECRETARIA Ato de nomeação: Portaria nº 0993/94 - GP Ato de lotação: Portaria nº 21/94 - DF</p> <p>Nome: MARIA ELISIANA FERREIRA RODRIGUES Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO – Especialidade Pedagogia Ato de nomeação: 1251/2006-GP Ato de lotação: Portaria nº 029/2007-DF</p> <p>Nome: MARIA NILZARETH DA SILVA COSTA Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO – Formação em administração, com pós-graduação na área. Ato de nomeação: Portaria nº 0216/84-GP Ato de lotação: Portaria nº</p> <p>Nome: FRANCISCO LUIZ ALVES TRINDADE Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO – cursando Serviço Jurídico e Notariais Ato de nomeação: Portaria nº 0068/2013-GP Ato de lotação: Portaria nº 030/2013-DF</p> <p>Nome: MARIA DO SOCORRO COSTA DE AZEVEDO (CEDIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL) Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL Ato de lotação – Portaria nº 39/2008-DF</p> <p>Nome: JOÃO ÁLVARO CUNHA DO CARMO (CEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL) Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL Ato de lotação – Portaria nº 29/2013-DF</p> <p>Nome: MARLON MORAES FERREIRA</p>		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
ABAETETUBA



2.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:		
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA, Desde 16/01/2015		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Usufruiu férias no mês de fevereiro/2015		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com o Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Não houve.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: A Secretaria fixa na capa dos processos uma ficha que identifica o ato processual a ser cumprido pela mesma.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 – DR. LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA	16/01/2015	
DR. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	ANO 2014	
DR. ENGUHELLYS TORRES DE LUCENA	ANO 2014	
DRA. FLÁVIA OLIVEIRA DO R. CARNEIRO	ANO 2014	
DR. DEOMAR ALEXANDRE DE P. BARROSO	ANO 2013	
DRA. EMÍLIA DE NAZARÉ P. E S. DE MEDEIROS	ANO 2013	
DR. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	ANO 2013	
DRA. RAFAELA DE JESUS MENDES MORAES	ANO 2013	
DR. ARIELSON RIBEIRO LIMA	ANO 2012	
DR. DEOMAR ALEXANDRE DE P. BARROSO	ANO 2012	
DRA. EMÍLIA DE NAZARÉ P. E S. DE MEDEIROS	ANO 2012	
DR. DEOMAR ALEXANDRE DE P. BARROSO	ANO 2012	
DRA. ANÚZIA DIAS DA COSTA	ANO 2011	
DR. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ	ANO 2011	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ABAETETUBA



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

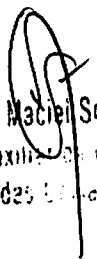
COMARCA: ABAETETUBA
EDITAL Nº 002/2015
PERÍODO: 14 e 15 de Setembro de 2015
Juíza Corregedora: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA
Desembargadora Corregedora: MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª VARA CÍVEL, EMPRESARIAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE
1.2 COMPETÊNCIA: PRIVATIVA: Infância e Juventude, Fazenda Pública, Execução Fiscal, Órfãos, Ausentes e Interditos DISTRIBUIÇÃO: Cível e Família
1.3 MAGISTRADO (A): LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR: PORTARIA Nº 131/2015-GP, DE 20/01/2015
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 16/01/2015
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Avenida Dom Pedro II, 1177, bairro Aviação, CEP 68.440-000, Abaetetuba, Pará
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: A 1ª Vara Cível ocupa 03 salas, uma para a Secretaria e uma para o Gabinete, sendo que esta última possui três compartimentos, um funciona uma espécie de recepção, um destinado ao Juiz e às audiências e outro ao assessor. A terceira sala é utilizada como depósito. Cada Secretaria do Fórum possui depósito próprio.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar: Justificar: A Secretaria necessita de mais espaço físico e de armários, pois alguns processos permanecem em cima de mesas. No gabinete o mobiliário é considerado suficiente.

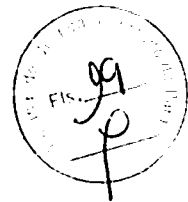


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DO FÓRUM DA COMARCA DE
ABAETETUBA

3.3 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): <u>protocoloabaetetuba@tjpa.jus.br</u>
3.4 OBEDECE O PRAZO DE 24HRS PARA REMESSA ÀS SECRETARIAS? (x) Sim () Não Justifique: Diariamente, exceto quando falha o sistema. Às vezes a remessa é feita no dia seguinte, por conta do horário de funcionamento.
3.5 HÁ PETIÇÃO PENDENTE DE PROTOCOLO OU DE REMESSA? QUANTAS? () Sim (x) Não Justificar:
3.6 COMO SE PROCEDE NOS CASOS URGENTES? É remetido à Secretaria do plantão imediatamente.
3.7 UTILIZA O PROTOCOLO INTEGRADO? (X) Sim () Não Justificar:
4. CONSIDERAÇÕES DO PROTOCOLO:
Toda sexta é feito o arquivamento das petições que ingressaram na semana. Não há o setor de protocolo criado no Fórum, inobstante o mesmo exista na prática. De forma que os servidores que permanecem até às 18:00 não recebem qualquer remuneração para isto, pelo que solicitamos a criação do protocolo com o respectivo cargo de chefia e pagamento das verbas devidas aos servidores.

Abaetetuba, 18/09/2015


Mônica Maciel Soares Fonseca
Juiza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



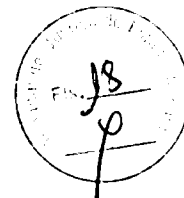
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

1. DISTRIBUIÇÃO
1.1 FUNCIONA COM O PROTOCOLO? () Sim (x) Não Justifique: é separado.
1.2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: das 08:00 às 14:00
1.3 SERVIDOR RESPONSÁVEL: Igor Brasileiro, Analista Judiciário – Especialidade Direito.
1.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): distribuicaoabaetetuba@tjpa.jus.br / Igor Brasileiro é responsável, verifica diariamente.
1.5 DE QUE FORMA É CADASTRADA A ESPÉCIE DE AÇÃO DISTRIBUÍDA? Sempre é especificada a classe de ação processual de forma mais detalhada possível, conforme o Libra fornece.
1.6 QUAL A FREQUENCIA DE REMESSA ÀS SECRETARIAS JUDICIAIS? DE QUE FORMA É REALIZADA ESTA REMESSA? Diariamente. É emitido o relatório diário de quantas ações são distribuídas. O relatório é emitido por Vara e utilizado como comprovante de entrega às Secretarias Judiciais.
1.7 COMO A DISTRIBUIÇÃO PROCEDE SE ALGUM FEITO FOR CADASTRADO DE FORMA EQUIVOCADA NO SISTEMA? A solicitação de exclusão do processo é feita à informática, para que proceda a exclusão e, depois, é feita a distribuição;
1.8 EXISTEM INICIAIS PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO? Não, quando o sistema falha é feito manualmente e depois cadastrado no sistema, tendo em vista as constantes quedas da internet. Mas atualmente não há nenhuma.
1.9 COMO É FEITA A DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS QUANDO NÃO É REALIZADO O DEPÓSITO DAS CUSTAS PROCESSUAIS? Quando não é feito o depósito das custas, a CP não é distribuída e permanece na distribuição aguardando o pagamento. Estas Cartas Precatórias estão divididas por Vara. A notificação é feita por e-mail e permanece durante 30 dias na distribuição aguardando o pagamento, quando escoado o prazo, a CP é devolvida, se anexando a comprovação do recebimento do e-mail para respectivo arquivamento da mesma. Quando o e-mail é respondido no sentido de intimar a parte para pagar, a CP permanece na Distribuição aguardando resposta.
2. CONSIDERAÇÕES DA DISTRIBUIÇÃO:
A maior dificuldade é com relação a falha de internet e conseqüentemente do sistema.
3. PROTOCOLO
3.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: das 08 às 18:00
3.2 SERVIDOR RESPONSÁVEL: Graciete do Socorro Bararúá Solano, Auxiliar Judiciário e Maria de Nazaré Costa De Andrade, Auxiliar Judiciário.


Mônica Fátima Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA DA COMARCA DE ABAETETUBA



número atual de meirinhos, que são 08 (oito).
4.2 INFORMÁTICA:
4.2.1 ACESSO À INTERNET: (<input type="checkbox"/>) Bom (X) Regular (<input type="checkbox"/>) Ruim Justificar: A conexão com a internet oscila muito, prejudicando os trabalhos
4.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): PROTOCOLO – 3 CONTADORIA – 1 DISTRIBUIÇÃO – 3 SECRETARIA DO FÓRUM – 2 OFICIAIS DE JUSTIÇA - 4 SETOR MULTIPROFISSIONAL – 4 SALÃO DO TRIBUNAL DO JURI – 1 A quantidade é suficiente nos setores acima mencionados, com exceção do Salão do tribunal do Júri.
4.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra
4.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): tjepa070@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? CARLA CRISTINA CABRAL ALVES A verificação é diária


Mônica Maciel Soares Fonseca
Juiza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR CRIMINAL
HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR

ANA LAURA MACEDO SÁ

PERÍODO DE EXERCÍCIO: : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR
NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: NÃO TITULAR - ATUA NA ÁREA CÍVEL
HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR

BRENDA MONTEIRO DA COSTA

PERÍODO DE EXERCÍCIO: : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR
NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR CÍVEL - ATUA NA ÁREA CÍVEL
HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR

DANIELLE DOS SANTS MAUÉS CARVALHO (TITULAR)

PERÍODO DE EXERCÍCIO: : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR
NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR CRIMINAL
HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR

WALBERT PANTOJA DE BRITO - COORDENADOR

PERÍODO DE EXERCÍCIO: : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR
NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: NÃO TITULAR- ATUA NA ÁREA CÍVEL
HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? : PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR

3.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Vide informação acima

3.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Vide informação acima

4. APOIO À ATIVIDADE JURISDIÇÃOAL

4.1 VEÍCULOS

4.1.1 FROTA:

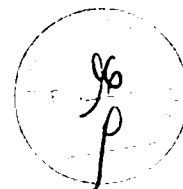
- 2 (DOIS) CARROS – PÁLIO ELX , PLACA JWV 1167 e 01 (UMA) RNAGER , PLACA OTU 3051– QUE SÃO UTILIZADOS PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS POR QUALQUER SERVIDOR, BEM COMO NAS REPRESENTAÇÕES OFICIAIS;
- 02 (DUAS) MOTOCICLETAS – CG TITAN 125 - JUR 4265 E JTI 8605 – QUE SÃO UTILIZADAS PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA.

4.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: As motos pertencentes a esta comarca, embora estejam bem conservadas, precisam ser trocadas, haja vista que são veículos que não suportam as diversas dificuldades das áreas rurais, como areal, atoleiros, lamaceiros, entre outras; além do que são em número insuficiente para o

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: PREJUDICADO

Nome: HILTON OMAR F. DOS SANTOS (TERCEIRIZADO)
Cargo: PREJUDICADO
Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: PREJUDICADO

3. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

3.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL

1ª PROMOTORIA – DR. GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA

COMPETÊNCIA: PROMOTOR CRIMINAL

PERÍODO DE EXERCÍCIO: 19.07.2012

NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? CUMULA COM A COMARCA DE IGARAPÉ MIRI

2ª PROMOTORIA – DR. FREDERICO AUGUSTO DE MOARIS FREIRE

COMPETÊNCIA: PROMOTOR CÍVEL E DAS GARANTIAS DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

PERÍODO DE EXERCÍCIO: 18.02.2013

NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? É PROMOTOR ELEITORAL DESTA COMARCA

3ª PROMOTORIA – DRA. REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA

COMPETÊNCIA: PROMOTORA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DAS GARANTIAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E DO IDOSO

PERÍODO DE EXERCÍCIO: 18.02.2013

NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? NÃO

4ª PROMOTORIA – DR. MÁRCIO LEAL DIAS

COMPETÊNCIA: PROMOTOR CÍVEL E DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PERÍODO DE EXERCÍCIO: 30.07.2014

NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? ESTE MÊS ESTÁ RESPONDENDO PELA PROMOTORIA DA COMARCA DE MOJU, EM DECORRÊNCIA DE FRUIÇÃO DE FÉRIAS DO TITULAR.

5ª PROMOTORIA – DRA. ANA CAROLINAVILHENA GONÇALVES

COMPETÊNCIA: PROMOTORA CRIMINAL

PERÍODO DE EXERCÍCIO: 23.06.2014

NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: TITULAR

HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? ESTE MÊS ESTÁ RESPONDENDO PELA PROMOTORIA DA COMARCA DE BAIÃO, EM DECORRÊNCIA DE FRUIÇÃO DE FÉRIAS DA TITULAR.

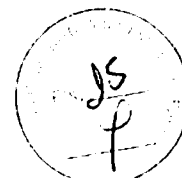
3.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Vide informação acima

3.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Vide informação acima

3.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL

ANA ALICE CALDAS FIGUEIREDO:

PERÍODO DE EXERCÍCIO: PREJUDICADO, POIS A RESPOSNÁVEL PELO ÓRGÃO NÃO SOUBE PRECISAR



Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR
Ato de nomeação: PORTARIA 3206/2011-GP
Ato de lotação: PORTARIA 3206/2011-GP

Nome: WALDIMIR PUREZA DE CARVALHO
Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR
Ato de nomeação: PORTARIA 0806/95-GP
Ato de lotação: PORTARIA 0806/95-GP

Nome: VALDO MIGUEL MATOS LOBATO
Cargo: exercendo a função de OFICIAL DE JUSTIÇA
Ato de nomeação: PORTARIA 084/83-GP
Ato de lotação: PORTARIA 059/2009-DF (PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE OFICIAL DE JUSTIÇA)

Nome: WALDO PINTO PINHEIRO
Cargo: ATENDENTE JUDICIÁRIO, porém exercendo a função de OFICIAL DE JUSTIÇA
Ato de nomeação: PORTARIA 090/1983-GP
Ato de lotação: PORTARIA 031/2011-DF (PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE OFICIAL DE JUSTIÇA)

• PORTARIA / SEGURANÇA

Nome: CIZICLÉCIO DE OLIVEIRA MATOS (CEDIDO PELA PREFEITURA)
Cargo: AGENTE DE PORTARIA
Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: PORTARIA 021/2009-DF

Nome: MIGUEL FERREIRA GURJÃO (CEDIDO PELA POLÍCIA MILITAR)
Cargo: AGENTE DE SEGURANÇA
Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: PREJUDICADO

Nome: LUIZ EDUARDO LOBATO DA SILVA (CEDIDO PELA POLÍCIA MILITAR)
Cargo: POLICIAL MILITAR
Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: OFÍCIO 481/20-1 SEÇÃO/CPRIX

Nome: ANTONIO LIMA DA SILVA (CEDIDO PELA PREFEITURA)
Cargo: AGENTE DE SEGURANÇA
Ato de nomeação:
Ato de lotação:

Nome: EDINILSON DA SILVA SOUSA (TERCEIRIZADO)
Cargo: PREJUDICADO
Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: PREJUDICADO

Nome: GERALDO GONÇALVES FERREIRA (TERCEIRIZADO)
Cargo: PREJUDICADO
Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: PREJUDICADO

Nome: ELIAS CARDOSO RODRIGUES (TERCEIRIZADO)
Cargo: PREJUDICADO



Ato de nomeação: PORTARIA 0554/2011-GP

Ato de lotação: PORTARIA 0554/2011-GP

Nome: MARCEL ESPIRITO SANTO CARVALHO LOBATO

Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO - PEDAGOGIA

Ato de nomeação: PORTARIA 1142/2001-GP

Ato de lotação: PORTARIA 026/2010-DF

- **SERVIÇOS GERAIS**

Nome: EDINETH DA SILVA E SILVA (CEDIDA PELA PREFEITURA)

Cargo: AGENTE OPERACIONAL

Ato de nomeação: PREJUDICADO

Ato de lotação: PORTARIA 074/2011-DF

Nome: MARIA RUTH SANTOS NASCIMENTO (CEDIDA PELA PREFEITURA)

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Ato de nomeação: PREJUDICADO

Ato de lotação: PORTARIA 044/2008-DF

Nome: JORGE DOS SANTOS ANDRÉ (CEDIDO PELA PREFEITURA)

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Ato de nomeação: PREJUDICADO

Ato de lotação: MEMO Nº 223/2011-DRH

- **OFICIAIS DE JUSTIÇA**

Nome: ALETEIA PATRICIA PACHECO DE BARROS

Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Ato de nomeação: PORTARIA 3205/2015-GP

Ato de lotação: PORTARIA 3205/2015-GP

Nome: CLELIVALDO ARAUJO DA SILVA

Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Ato de nomeação: 0019/2006-GP

Ato de lotação: PORTARIA 3387/2012-GP, que colocou o servidor à disposição desta Comarca.

Nome: ORIVALDO BARARUÁ SOLANO

Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Ato de nomeação: PORTARIA 0967/95-GP

Ato de lotação: PORTARIA 0967/95-GP

Nome: MARCELO ALENCAR DA SILVA

Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Ato de nomeação: PORTARIA 0800/2001-GP

Ato de lotação: PORTARIA 0800/2001-GP

Nome: MICHELA DANTAS DO NASCIMENTO

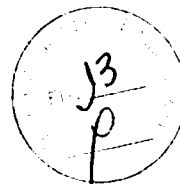
Cargo: OFICIAL DE JUSTIÇA

Ato de nomeação: PREJUDICADO, POR NÃO CONSTAR A INFORMAÇÃO NA PASTA FUNCIONAL EXISTENTE NESTA SECRETARIA

Ato de lotação: PORTARIA 2355/2014-GP

Nome: MAURO OSVALDO DE OLIVEIRA PEREIRA

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



- **CONTADORIA**

Nome: SUELY YUMI DOHARA
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Ato de nomeação: PORTARIA 4147/2013-GP
Ato de lotação: PORTARIA 4147/2013-GP

- **FRJ**

Nome: CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Cargo: CHEFE DA UNIDADE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO
Ato de nomeação: PORTARIA 0576/2006-GP
Ato de lotação: PORTARIA 0576/2006-GP

- **SECRETARIA DO FÓRUM**

Nome: CARLA CRISTINA CABRAL ALVES
Cargo: SECRETARIA DO FÓRUM
Ato de lotação: PORTARIA 012/2009-DF

Nome: RAIMUNDO NONATO FONSECA (CEDIDO PELA PREFEITURA)
Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL
Ato de nomeação: PORTARIA 226- SEMAD/DRH - PMA
Ato de lotação: PREJUDICADO, POR NÃO HAVER A INFORMAÇÃO NA PASTA FUNCIONAL DO SERVIDOR

Nome: JOSÉ GONÇALVES SILVA (TERCEIRIZADO)
Cargo: TÉCNICO EM INFORMÁTICA
Ato de nomeação: PREJUDICADO
Ato de lotação: PREJUDICADO

- **SETOR MULTIPROFISSIONAL**

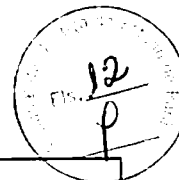
Nome: RAIMUNDA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ato de nomeação: PORTARIA 157/2008-GP
Ato de lotação: PORTARIA 0620/2008-GP, que colocou a servidora à disposição desta Comarca.

Nome: VANESSA CRISTINA SOUZA SILVA
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ato de nomeação: PORTARIA 0561/2011-GP
Ato de lotação: PORTARIA 0561/2011-GP

Nome: NAYRA CRISTINE ALVES DE CARVALHO
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: PSICOLOGIA
Ato de nomeação: PORTARIA 0559/2011-GP
Ato de lotação: PORTARIA 0559/2011-GP

Nome: SILVANA SANTOS AZEVEDO
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: PEDAGOGIA

Mônica Maciel Soares Fonseca
Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Inter



1.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
1.6 MOBILIÁRIO: () Bom (X) Regular () Ruim Justificar:
1.7 SEGURANÇA: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:
1.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim Justificar:
1.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular (X) Ruim Justificar: A residência oficial está sem uso há mais de 10 (dez) anos, por falta de condições de habitualidade.
2. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):
2.1. SETORES: <ul style="list-style-type: none">• PROTOCOLO Nome: GRACIETE DO SOCORRO BARARUÁ SOLANO Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO Ato de nomeação: PORTARIA 0774/1991-GP Ato de lotação: PORTARIA 094/2011-DF Nome: MARIA DE NAZARÉ COSTA DE ANDRADE Cargo: AUXILIAR JUDICIÁRIO Ato de nomeação: PORTARIA 0083/1983-GP Ato de lotação: PORTARIA 45/03-DF• DISTRIBUIÇÃO Nome: IGOR BRASILEIRO DUARTE Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE: DIREITO Ato de nomeação: PORTARIA 2517/2015-GP Ato de lotação: PORTARIA 2517/2015-GP Nome: MANOEL DO SOCORRO PINHEIRO DA SILVA (CEDIDO PELA PREFEITURA) Cargo: VIGIA Ato de nomeação: PORTARIA 259/2006-GP/SEMAD - PMA Ato de lotação: PORTARIA 041/2008-DF Nome: ALEXANDRA PEREIRA ARAÚJO Cargo: ESTAGIÁRIA NÍVEL MÉDIO Ato de nomeação: PREJUDICADO Ato de lotação: PREJUDICADO

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Int.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: ABAETETUBA	NO. PROCESSO: 2015.7.003256-1
EDITAL Nº 002/2015	SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
PERÍODO: 16 a 18 de Setembro de 2015	Data Cadastro 25/09/2015
Juiz Corregedor: MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA	CLASSE: CORREIÇÃO - ORDINÁRIA
Desembargadora Corregedora: MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO	
1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
1.1 ENDEREÇO: Endereço: Avenida Dom Pedro II, 1177, bairro Aviação, CEP 68.440-000, Abaetetuba, Pará Fone: (91) 3751-0800/ Fax: (91) 3751-1158 E-mail: tjepa070@tjpa.jus.br	
1.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Próprio do TJPA	
1.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: O prédio é composto de 03 (três) blocos, em bom estado de conservação. <u>1º Bloco</u> - Salão do Tribunal do Júri – composto de sala secreta, com banheiro, copa, 02 banheiros (feminino e masculino) e duas celas (feminina e masculina). <u>2º Bloco</u> – Composto das seguintes salas: Sala de Recepção, Protocolo, Contadoria do Juízo, Distribuição, Secretaria Judicial da Vara de Execução, Secretaria Judicial da 2ª Vara Cível, Secretaria Judicial da 3ª Vara Penal, Arquivo da Secretaria da 3ª Vara Penal, Banheiros públicos (feminino e masculino), Arquivo da Secretaria do Fórum, Gabinete da 2ª Vara Cível, Sala 1 do Setor Psicossocial, Gabinete da 1ª Vara Cível, Secretaria do Fórum c/c FRJ (UNAJ), Arquivo da 1ª Vara Cível, Gabinete da 3ª Vara Penal, Copa e banheiros (feminino e masculino) exclusivos aos servidores. <u>3º Bloco</u> – Composto das seguintes salas: Secretaria de atendimento ao público do Juizado Especial Único (JEU), Secretaria do JEU, Sala de Conciliação do JEU, Arquivo do JEU, Sala 2 do Setor Psicossocial, Sala dos equipamentos de informática, Sala da OAB, Sala dos Oficiais de Justiça, Secretaria da 1ª Vara Cível, Arquivo da 2ª Vara Cível e Sala Especial para a permanência de adolescentes infratores para participação em audiência.	
1.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:	

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria de
Justiça das Comarcas do Interior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

- Não há envio de balanços ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nem envio dos comprovantes de despesas;
- Mais de 3.000 (três mil) selos de segurança não declarados.




Diante do que fora relatado acima, faz-se necessária a adoção de algumas providências, razão pela qual a Secretaria desta Corregedoria de Justiça deverá encaminhar cópia do Relatório Correicional e da presente Decisão à Presidência deste E. Tribunal para conhecimento e adoção de providências que entender cabíveis.

Esta decisão servirá como ofício.

À Secretaria, para as devidas providências.

Belém/PA, 13 de maio de 2016.


Des^a. MARIA DO CÉU MACIEL COUTINHO
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior